

ORGANIZAÇÃO

Fernando Bessa Ribeiro

Manuel Carlos Silva

Almerindo Janela Afonso

Cristina Matos

Francisco Mendes

Isabel Estrada Carvalhais

Sílvia Sousa

Ana Jorge

KARL MARX

LEGADO, CRÍTICAS E ATUALIDADE

húmus

ORGANIZAÇÃO

Fernando Bessa Ribeiro
Manuel Carlos Silva
Almerindo Janela Afonso
Cristina Matos
Francisco Mendes
Isabel Estrada Carvalhais
Sílvia Sousa
Ana Jorge

**KARL
MARX
LEGADO, CRÍTICAS
E ATUALIDADE**

KARL MARX: LEGADO, CRÍTICAS E ATUALIDADE

Organização: Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Almerindo Janela Afonso, Cristina Matos, Francisco Mendes, Isabel Estrada Carvalhais, Sílvia Sousa e Ana Jorge

Autores: Alena Vieira, Almerindo Janela Afonso, Carlos R. S. Machado, Clayton Emanuel Rodrigues, Cleildes Marques de Santana, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Marineli, Francisco Coelho Cuogo, Graça Rojão, Guilherme Luiz Tortelli, José Carlos Venâncio, José Madureira Pinto, José Pedro Lopes, Laurindo Dias Minhoto, Luís Monteiro, Manuel Carlos Silva, Manuel Loff, Manuel Rodrigues, Manuela Tavares, Marco Schneider, Paula Alexandra Guimarães, Paulo de Carvalho, Pedro Henrique Melo Teixeira, Rui Vieira Cruz, Sérgio António Silva Rêgo, Sylvia Debossan Moretzsohn, Tainara Fernandes Machado, Thomas Theodoro Amorim e Veit Bader

Capa: SAL Studio

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, Lda. e Autores, 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2022

Depósito legal: 501589/22

ISBN: 978-989-755-788-0

Nota de Edição:

Os organizadores do livro respeitam a ortografia adotada pelos autores.

Todos os textos que integram este livro foram submetidos a arbitragem científica.

ÍNDICE

- 11 **Agradecimentos**
- 13 **Apresentação**
Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva
- 25 **I. Crise, desigualdades e a atualidade de Marx na crítica ao capitalismo**
Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro
- 67 **II. À (re)descoberta de um Karl Marx vitoriano e de um legado marxiano na arte e na política britânicas**
Paula Alexandra Guimarães
- 81 **III. A transformação social da propriedade**
Clayton Emanuel Rodrigues e Cleildes Marques de Santana
- 99 **IV. O trabalho imaterial e a práxis pós-industrial: Entre a articulação da posição e o enfraquecimento da oposição**
Francisco Coelho Cuogo
- 115 **V. O trabalho e as novas formas de alienação: O sócio-metabolismo da barbárie**
Sérgio Antônio Silva Rêgo e Pedro Henrique Melo Teixeira
- 131 **VI. Reforma trabalhista no Brasil: Reflexões a partir de Karl Marx e Florestan Fernandes**
Tainara Fernandes Machado e Guilherme Luiz K. Tortelli
- 147 **VII. Da destruição criativa aos grandes surtos de desenvolvimento: Nanotecnologia e tecnologias convergentes na produção industrial e ficção cultural**
Rui Vieira Cruz
- 177 **VIII. Sobre flores, grilhões, consciência e afetos: A disputa pela captura do gosto para desmontar as engrenagens de produção social da ignorância**
Sylvia Debossan Moretzsohn e Marco Schneider

- 195 **IX. Marx e Jameson: Os desdobramentos antagônicos da cultura na era da globalização**
Thomas Edson de Jesus Theodoro Amorim
- 211 **X. Totalidade em Lucien Goldmann**
Fernando Marineli
- 223 **XI. Adorno e Luhmann: certas afinidades eletivas**
Laurindo Dias Minhoto
- 235 **XII. Natureza, conflitos e injustiça ambiental na cidade**
Carlos R. S. Machado
- 253 **XIII. Feminismos e emancipação social**
Graça Rojão
- 265 **XIV. Feminismo(s) e marxismo: um casamento “malsucedido”? Os novos desafios para uma corrente feminista de esquerda**
Manuela Tavares
- 275 **XV. Uma herança incontornável: Repensando a matriz marxista na análise das sociedades africanas**
José Carlos Venâncio
- 289 **XVI. Elites e classes sociais nos movimentos de libertação em Angola**
Paulo de Carvalho
- 299 **XVII. A rotinização do marxismo na pesquisa sociológica de terreno**
José Madureira Pinto
- 315 **XVIII. O marxismo como corte epistemológico e alavanca teórica das ciências sociais: o seu papel na sociologia em Portugal**
Manuel Carlos Silva
- 343 **XIX. 1968 na história da mobilização social e política: Uma interpretação**
Manuel Loff
- 357 **XX. O que resta do marxismo-leninismo? O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista da Grécia (KKE) em análise**
José Pedro Lopes e Alena Vieira

- 377 **XXI. O retorno do Estado, a crise pandémica e o keynesianismo de exceção**
Almerindo Janela Afonso
- 389 **XXII. Democracia associativa: da ‘Real Terceira Via’ ao Utopismo ou em direção a um socialismo colorido para o século XXI?**
Veit Bader
- 429 **XXIII. Marx e a política: O olhar de partidos políticos em Portugal**
Intervenção de Luís Monteiro | Intervenção de Manuel Rodrigues
- 439 **Sobre os autores**
- 449 **Programa do Colóquio**

I. CRISE, DESIGUALDADES E A ATUALIDADE DE MARX NA CRÍTICA AO CAPITALISMO¹

Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro

Introdução

O materialismo histórico e dialético, como fundamento teórico-metodológico do marxismo e este como o conjunto de princípios sustentados pelos seus fundadores Marx e Engels para a interpretação da história, dos diversos modos de produção e tipos de formações sociais, nomeadamente do modo de produção capitalista, tem sido desde o século XIX fonte inspiradora para a explicação dos fenómenos económicos, sociais e político-ideológicos nas sociedades modernas. O núcleo central de teses e argumentos da teoria marxista continuam válidos, não obstante os altos e baixos dos movimentos e das organizações que nela se inspiram e, paradoxalmente, os sucessivos anúncios da sua morte e recorrentes ataques fabricados e lançados por teóricos (ultra)conservadores, (neo)liberais e até social-democratas e respetivos aparelhos comunicacionais e políticos do *statu quo*, nomeadamente após a queda do muro de Berlim. Ou seja, apesar das declarações de óbito e/ou de anacronismo sobre o marxismo feitas pela burguesia e seus braços mediáticos e intelectuais defensores da ordem vigente, os escritos dos fundadores do marxismo estão bem vivos e presentes para inspirar e mobilizar não só teóricos e investigadores das mais diversas ciências sociais, como ativistas sociais e políticos.²

1 Uma versão parcial do texto, baseada nos pontos três e quatro, está publicada na revista italiana *La Critica Sociologica* (2022, vol. LVI, n.º 222, 39-50). Agradecemos a Mara Clemente a tradução e revisão meticulosa do texto para italiano.

2 Se tomarmos como indicador o *Google Trends*, constata-se que Marx e os tópicos mais conectados com o marxismo (*v.g.*, luta de classes, socialismo, comunismo) são objeto de pesquisa recorrente. Talvez ainda mais relevante, no confronto entre Marx e Weber, o primeiro é manifestamente mais pesquisado do que o segundo (cf. <https://trends.google.com/trends/explore?date=all&q=Karl%20Marx,Max%20Weber>). Sendo Marx, de modo geral,

Em jeito de abertura às questões, argumentos e perspetivas que dão corpo a este livro, pretendemos fazer uma interpelação geral ao capitalismo – um sistema económico, social e político entendido, no sentido braudeliano, como ‘civilização’ que destrona a senhoriagem e inaugura novas contradições –, tomando como referência dois aspetos cruciais que não podem ser compreendidos em separado: as desigualdades sociais e os danos ambientais. Guiado pela busca incessante da mais-valia, a sua “marca genética” – a qual, reproduzida e ampliada no seu desenvolvimento, constitui a razão da sua existência –, o capitalismo como sistema histórico legitima todos os meios para se reproduzir, explorando a força de trabalho de biliões de seres humanos, produzindo injustiças, desigualdades e guerras e pondo em causa a própria existência da humanidade e de muitas outras formas de vida, tal como o assinalaram, aliás de modo pioneiro, Marx e Engels em diversos textos.

Em apenas duas décadas são já duas as crises que enfrentamos.³ A bem dizer, mal se saiu da última – cujos efeitos, sob a forma de alargamento das desigualdades sociais e aumento das dívidas públicas e privadas, continuam bem presentes – engrenamos numa nova crise, aparentemente de um outro tipo. Como foi já discutido em texto recente (Ribeiro, Leite e Felizes 2020), a compreensão desta crise deve começar por ir mais além dos apelos piedosos à coesão política e unidade de ação – “estamos juntos e juntos venceremos o vírus”, anunciou António Guterres, o Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU 2020) – e focar o olhar no que realmente ela nos exige: proceder a uma interpelação crítica do próprio sistema capitalista, assumindo a sua historicidade como componente que o fará erodir, corroer pelas suas próprias contradições, combatê-lo e, a longo prazo, superá-lo para uma sociedade ecossocialista. Dadas as teses de conservadores e neoliberais defensoras da imutabilidade do capitalismo e/ou de mutação para o que é designado

considerado como o teórico proeminente do materialismo histórico e dialético e do próprio marxismo, importa, convocando a figura metafórica da face de Janus, salientar o contributo imprescindível de Engels: não apenas como amigo, companheiro de luta e provedor de Marx, mas também como parceiro de reflexão e estudo sobre a dialética na natureza e na sociedade, a economia política, a estrutura e história do capitalismo industrial, as condições de vida da classe operária. Por isso, em linha com o defendido por Kräfte (2020), impõe-se a necessária revalorização da figura e do lugar de Engels como fundador do marxismo.

- 3 Escrito antes da guerra na Ucrânia, a revisão derradeira deste texto ocorre num momento em que de novo nos confrontamos de modo especialmente exacerbado com a eventualidade do aniquilamento atómico. Não cabendo aqui uma discussão aprofundada sobre esta nova crise, importa sublinhar que a mesma não pode ser compreendida fora das dinâmicas do funcionamento do capitalismo marcadas pela mudança irreversível da hegemonia do Ocidente para o Oriente, tendo como polo central a China e as relações geopolíticas e económicas dela decorrentes, nas quais a Rússia se assume como potência secundária mas estratégica nesta luta sem tréguas entre as partes envolvidas.

por pós-capitalismo e sua combinação com uma democracia radical ou radicalizada, como sustentam Santos (1994 e 2009) e Laclau e Mouffé (1987) ou ainda o novo achado teórico de ‘império sem imperialismo’ de Hardt e Negri (2000),⁴ poder-se-á formular a questão do seguinte modo: terá o capitalismo deixado de ser um sistema histórico, tornando-se o sistema final da história, como defendeu Fukuyama (1997), implicando a rendição à mercantilização de todas as coisas e a submissão da vida humana ao mercado, em nome de uma pretensa eficiência económica? Ou, pelo contrário, o capitalismo, sendo um sistema histórico, é, como tal, passível de ser objeto de crítica desde a sua génese aos diversos desenvolvimentos atuais sob formas imperialistas, implicando assim a exigência política e ação coletiva em vista da sua superação e da construção de uma sociedade ecossocialista? Partilhando nós desta segunda tese, tal pressupõe certamente uma crítica na pegada marxista ao capitalismo nas suas dimensões económica, social e política, expressas sob a forma de crises cíclicas e de guerra; porém, sem descurar os contributos dos próprios fundadores do marxismo, ela convoca reflexões suplementares sobre a devastação ambiental decorrente do seu funcionamento, já largamente desenvolvida por vários autores críticos do capitalismo. Se, entre os críticos do neoliberalismo provindos de vários quadrantes é assumido estar hoje o neoliberalismo, nalguns casos, articulado com o conservadorismo da extrema-direita, teremos também, na esteira de Boron (2006), de operar certamente uma crítica cerrada relativamente às narrativas pós-modernas celebratórias do *statu quo* como as de Lyotard (2009 [1979]) e Maffesoli (1985), mas, num outro registo, proceder também a alguma vigilância crítica relativamente a alternativas embrulhadas sob novas teorias críticas da ‘velha’ teoria crítica, sustentada por vários autores como Santos (2017) que tendem a interpretar de modo sobranceiro e mesmo errado a teoria marxista, assim como a teoria crítica da Escola de Francoforte e outras, considerando-as absorvidas e colonizadas pela narrativa hegemónica moderna.

4 Segundo estes autores, “Os Estados Unidos não constituem – e, na verdade, nenhum outro Estado-nação pode constituir hoje – o centro de um projeto imperialista”. Mais, a guerra do Golfo desencadeada pelos Estados Unidos sobre o Iraque em 1991 teria sido realizada “não como uma função de suas motivações nacionais dos Estados Unidos mas sim em nome do direito global” (Hardt e Negri 2000: 180). Este livro acolhido benignamente nalguns círculos de esquerda foi, todavia, saudado por vários colunistas de revistas anglo-americanas como *Times*, *New York Times*, *London Observer* (cf. Foster 2006: 441).

1. Marx e o marxismo na crítica ao capitalismo e suas crises: Discutir, uma vez mais, os fundamentos teóricos e políticos

Mesmo sabendo que o marxismo representa um corte epistemológico com as gnosologias anteriores e um eixo incontornável no projeto emancipatório da humanidade (Althusser 1972), ele não é apenas mais uma teoria do conhecimento nem tão pouco um mero projeto de pesquisa ou um conjunto de textos que se esgotam na biografia dos seus fundadores.⁵ Ele pressupõe, como sublinham Lukács (2003 [1923]) e Boron (2006: 37ss), um incontornável método revolucionário. Conhecido por materialismo histórico e dialético (caracterizado pela totalidade, contradição e mudança), constitui uma alavanca de compreensão e explicação da realidade, assim como um instrumento para a sua transformação e uma forte inspiração de movimentos sociais, nomeadamente sindicais, de organizações e partidos dos trabalhadores. Queremos com isto dizer que os argumentos de Marx e Engels continuam a ser imprescindíveis para armar intelectualmente as lutas sociais e políticas. Com eles temos um caminho teórico para, considerando o trajeto do capitalismo, adquirir uma compreensão aprofundada das formas da exploração e opressão, ao mesmo tempo que fornecem inspiração para renovar as lutas, os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda, tendo no horizonte a emancipação social.

No primeiro país do mundo em que os trabalhadores organizados no e pelo Partido Bolchevique e coadjuvados por intelectuais orgânicos no seu seio conquistaram o poder e construíram a União Soviética,⁶ enquanto Estado de orientação socialista, a aristocracia e a burguesia deixaram de mandar e, conseqüentemente, os meios de produção foram socializados. A médio-longo prazo não foi, todavia, bem-sucedida esta experiência política na medida em que, a par de conquistas internas e contributos decisivos para degolar o nazismo e enfraquecer o

5 Não obstante a justeza da tese de Althusser (1972) sobre o marxismo como rutura epistemológica e teórica, a este respeito o estruturalismo dogmático deste autor leva-o a operar indevidamente uma cisão artificial entre o jovem humanista e ideólogo Marx e o maduro e científico Marx, posição esta desconstruída por Cerroni (1976), Boron (2006a) e Silva (2022), sem ignorar avanços e maturações no pensamento de Marx.

6 Cabe referir em particular teóricos como Lenine e Trotsky. Para além de líderes da revolução de Outubro, inspirados na praxis revolucionária desenvolveram, nas novas e difíceis condições históricas, a teoria marxista designadamente em torno do materialismo histórico e dialético, do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e das classes sociais, da organização política e crítica à social-democracia, da revolução e sobretudo do fenómeno do imperialismo como estágio supremo do capitalismo, tese esta não totalmente partilhada por Rosa Luxemburgo (1967 [1912]), teórica e líder do Partido Comunista Alemão, assassinada pela ala direita da social-democracia em janeiro de 1919, juntamente com o seu camarada Karl Liebknecht.

capitalismo em diversos países, o capitalismo viria a restaurar-se. O ‘socialismo real’ acabou por soçobrar graças a um conjunto de fatores internos e externos, sendo de assinalar a visão linear e inelutável do processo histórico e a subsequente tese do surgimento automático do ‘homem novo’ a partir da socialização dos meios de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sob a planificação dita socialista, a não realização da aliança operário-camponesa, a falta de democracia interna no modelo organizacional de ‘centralismo democrático’ e a perseguição de dirigentes dissidentes (Trotsky, Zinoviev, Bukarine), processos de burocratização e aproveitamento de lugares de comando para benefício da nomenclatura no topo do Partido Bolchevique e do Estado. Apesar das derrotas desta e doutras experiências de orientação socialista no Leste de Europa e noutros quadrantes e países – às quais podem ser tecidas críticas pertinentes pelos seus erros, deformações ou desvios – Marx e Engels continuam a ser fundamentais para pensar o passado, o presente e o futuro da sociedade humana e, num plano mais amplo, da própria vida na terra. Porém, tal implica superar não só interpretações economicistas e reformistas do marxismo pela II Internacional inspiradas em autores revisionistas como Kautsky (1974/1897) e Bernstein (1964/1899), como as concepções mecanicistas e inclusive fossilizadas do marxismo por parte do estalinismo, perpassadas por traços hagiográficos para com a figura de Estaline e reforçadas por um sectarismo organizacional, com perseguição, repressão e eliminação de opositores internos no seio do Partido Bolchevique. Com efeito, contrariamente a uma leitura vulgar, não pode ser imputado a Marx e Engels um determinismo economicista e mecânico, se tivermos bem presentes os já referidos princípios do materialismo histórico e dialético e, em especial, parte considerável dos seus escritos no que concerne à relação entre a infraestrutura, traduzida nas relações económicas e demais condições materiais de existência, e a superestrutura, compreendendo as relações jurídicas, políticas, ideológicas, estéticas, éticas e religiosas. Com efeito, Marx (1976a [1857]) analisa a sociedade como uma totalidade dialética, perpassada de contradições e mudanças de ordem quantitativa e qualitativa, em que o concreto, como refere na Introdução Geral à Crítica da Economia Política (Marx 1976a [1857]: 129) “é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso”, ou seja, como resultado de fatores ou dimensões que não constituem esferas separadas ou fragmentadas, como mais tarde desenvolveram Lukács (2003 [1923]), Labriola (1949) e Gramsci (1974) com base no conceito de totalidade dialética. Considerando as hegemónicas concepções filosóficas idealistas da época, em que os avanços históricos eram atribuídos à evolução das ideias e do espírito humano criador do real, Marx e Engels (1976 [1846]), embora apropriando-se da dialética hegeliana da tese antítese e síntese, tiveram de enfrentar e refutar o

caráter idealista da filosofia então reinante, invertendo o edifício hegeliano assente no movimento dialético da ideia ou do espírito e deslocando-se para o movimento dialético da matéria, quer na natureza, quer na sociedade, em suma, na praxis material, social, histórica. Relativamente a este confronto filosófico do materialismo histórico e dialético com o idealismo hegeliano, importa assinalar a tradução enviesada do conceito alemão de *bedingen* utilizado por Marx para expressar a relação entre produção da vida material e a vida política e espiritual, o qual foi indevidamente traduzido como determinar (*bestimmen*) em vez de condicionar. De resto, a ênfase na dimensão técnico-económica, tal como o refere Silva (2009b), foi mais tarde repetidamente esclarecido por Engels em cartas a J. Bloch e a K. Schmidt, não só por razões do combate ao idealismo como por falta de tempo, espaço e oportunidade de dar relevo a outros fatores:

Segundo a conceção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isso. Se alguém o distorce dizendo que o fator económico é o único determinante converterá aquela tese numa frase vácuca, abstrata e absurda. A situação económica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que sobre ela se levantam – as formas políticas das lutas de classes e seus resultados, as Constituições... as formas jurídicas..., as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas... exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos, sua forma... Que os discípulos façam às vezes mais pé firme do que o devido no aspeto económico é coisa da qual, em parte, temos a culpa Marx e eu mesmo. Frente aos adversários tínhamos que sublinhar este princípio cardinal que se negava, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e ocasião para dar a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações (Carta de Engels a J. Bloch a 22/09/1890, 1966 [1890]: 494).

E, numa outra carta a K. Schmidt, refere Engels relativamente aos críticos de Marx e dele:

De que adoecem todos estes senhores é de falta de dialética. Não vêem mais que causas aqui e efeitos ali. Que isto é uma abstração vazia, que no mundo real estas antíteses polares metafísicas não existem mais que em momentos de crise e que a grande trajetória das coisas discorre toda ela sob formas de ações e reações – ainda que de formas muito desiguais, a mais forte, mais primária e mais decisiva é o movimento económico, que aqui não há nada de absoluto e tudo é relativo, é coisa que eles não vêem; para eles Hegel não existiu (Carta de Engels a K. Schmidt, 27/10/1890, 1966 [1890]: 501).

Contrariamente a uma leitura parcial e enviesada de Marx assente num ou nou- tro texto tal como a *Contribuição para Crítica da Economia Política* (Marx 1976a [1857]), de modo algum é sustentável uma concepção mecânica e economicista nos fundadores do materialismo histórico nomeadamente no que concerne a emer- gência espontânea ou passagem automática da “classe em si” para a “classe para si”, sendo Marx (1975 [1869] e 1975a [1895]) bem consciente dos obstáculos políticos e ideológicos nomeadamente em relação à tomada de consciência e ação coletiva, nomeadamente por parte dos camponeses. Por seu turno, Engels (1942 [1890]) des- taca a relevância do político e ideológico, insurgindo-se mesmo contra jovens escri- tores produtores de fraseologias alegadamente materialistas:

A concepção materialista da história tem hoje uma série de amigos, a quem tal serve de desculpa para não estudar história. Em geral a palavra materialista serve a muitos dos mais jovens escritores na Alemanha como mera frase para tudo e qualquer coisa: eles fixam-se nesta etiqueta e dispensam-se de pensar a questão...Mas a nossa concepção de história é, acima de tudo, um guia para o estudo, não uma base para a construção à maneira dos hegelianos. Toda a história deve ser estudada com frescura, as condições de existência das diferentes formações sociais devem ser individualmente examinadas antes de tentar fazer deduzir delas as noções políticas, cívico-legais, estéticas, filosóficas correspondentes... (Engels 1942 (1890), carta a K. Schmidt, 5/8/1890: 472ss).⁷

Estes esclarecimentos adicionais de Engels são bem indicativos de que o método marxista, contrariamente à versão vulgarizada sobre superestrutura como reflexo das condições materiais e/ou explicação de tipo monocausal, aponta para uma abordagem materialista mas sem dispensar uma perspetiva pluridimensional e sem descurar o político, como o vieram a desenvolver e relevar marxistas como Brenner (1977), Wright (1985), Losurdo (1998) e Wood (1999), indiciando aliás esta perspetiva, em contracorrente à interpretação dominante, uma aproximação à plu- ricausalidade weberiana.

Se é evidente, sobretudo na análise do capitalismo e suas crises, assim como das respostas engendradas pelo Estado e pela burguesia, que os escritos de Marx e Engels e suas intervenções políticas preservam uma atualidade penetrante e conti- nuam a ser referências imprescindíveis para os nossos dias, neles não encontramos certamente todas as respostas para o presente e o futuro das sociedades humanas.

7 Estas pertinentes observações críticas fazem-nos lembrar mais recentes e ritualísticas fraseolo- gias alegadamente marxistas-leninistas entre alguns líderes e ativistas de esquerda, para quem os textos dos fundadores não são contextualizados, mas repetidas de forma, a bem-dizer, ‘bíblica’.

Não sendo possível, tal não foi obviamente o seu propósito! Marx e Engels dedicaram toda a sua vida ao objetivo de analisar e mobilizar as suas forças contra o capitalismo, particularmente desde a juventude com um encontro feliz em meados da década de 1840, a partir do qual foram construindo uma sólida amizade e cooperação no esforço de compreensão e explicação do capitalismo, seu funcionamento, dinâmicas e contradições, tendo sempre como referência tratar-se de um sistema histórico que, pelas suas características e injustiças produzidas, soçobriaria mas não de forma espontânea ou automática, pelo que importava agir para o derrubar. Daí que as suas densas e minuciosas elaborações teóricas sobre o capitalismo devam ser articuladas com as lutas contra ele, não podendo ser apropriadamente entendidas fora delas. É justo e oportuno lembrar, uma vez mais, os compromissos políticos de Marx e Engels (1968 [1848]) e a sua ação militante em prol da organização política das classes trabalhadoras. Organizadores incansáveis dos trabalhadores, fundadores em 1864 da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) – Engels mais tarde, já depois da morte do seu camarada, preparador da II Internacional, também designada por Internacional Socialista –, foram bem sucedidos nestes esforços titânicos e frenéticos de definir as bases da organização da luta dos trabalhadores.

Aqui chegados, é pertinente enfatizar que não existe um manual de leitura dos textos fundadores do que, desde há muito, designamos por tradição marxista. Decorridos 180 anos desde a tese de doutoramento de Marx realizada na Universidade de Jena, existindo textos seus já na década de 1830, optamos por uma abordagem que recusa a utilização do marxismo como uma cartilha ou um pacote de ideias reificadas para o estudo do capitalismo e desligadas das lutas sociais e políticas, dos caminhos e alternativas em defesa dos interesses das classes trabalhadoras e, no horizonte, em prol do socialismo. Ou seja, entendemos o marxismo como um incontornável arsenal teórico para analisar modos de produção na história e, em particular, o modo de produção capitalista e diversas formações socioespaciais desde o século XIX até ao presente. Além disso, o legado marxista fornece-nos pistas analíticas que nos permite recuar e entender os primórdios do capitalismo mercantil e sua articulação com o processo de colonização já desde os séculos XV e XVI, a que o próprio Marx faz referência, embora sem o desenvolver e, por vezes, denotando numa primeira fase alguns traços eurocêtricos sobre o lado positivo do capitalismo ocidental em relação e por comparação com sociedades ditas ‘atrasadas’.⁸ Mais, se

8 Com efeito, contextualizando-o historicamente, embora Marx assuma inicialmente alguns elementos unilineares originários do iluminismo, alguns teóricos decoloniais como Lander (2006), Santos (1994 e 2007) e Grossfoguel (2016) subsumem-no indevidamente na perspetiva “civilizatória” similar às perspetivas hegemónicas, ora liberal, ora regulatória. Nesta ótica consideramos deformador por parte destes autores atribuir a Marx uma neutralidade

os textos de Marx e Engels representam o legado constituinte do materialismo histórico e dialético e, como tal, corte epistemológico e eixo teórico fundante do próprio marxismo, eles oferecem, numa perspectiva multidimensional, um conjunto de instrumentos teórico-metodológicos para diversas ciências sociais. Por sua vez, o legado marxista foi, ao longo dos últimos 150 anos, enriquecido e desenvolvido por uma notável pléiade de teóricos marxistas, tendo como foco a crítica ao capitalismo, a articulação da luta de classes com outras lutas como a étnico-racial e de gênero e, no horizonte, a sua superação.

De facto, diversos e relevantes foram as obras de teóricos e revolucionários marxistas como Lenine (1970 [1913]), Trotsky (1985 [1929]), Luxemburgo (1967 [1912]), Lukacs (2003 [1923]) e Gramsci (1974). Por outro lado, cabe especial referência aos valiosos contributos dos autores da Escola de Francoforte (Adorno e Horkheimer 1987 [1944]), Mannheim 1976 [1929], Marcuse 1970) e doutros, ainda que num registo de orientações diferenciadas, como Lefebvre (1968, 1972), Althusser (1972), Balibar (1993), Poulantzas (1978), Sartre (2002 [1960]) em França, Gramsci (1974) e Losurdo (1998) em Itália ou ainda, no Reino Unido, Anderson (1987 [1976]), Cohen (1978), Hobsbawm (1994) e Thompson (1978), sobretudo este último em forte discordância com o teorismo estruturalista francês e dando relevo à dimensão histórica e a uma definição não estruturalista de classe. Estes autores, nomeadamente os da teoria crítica, embora com alguma deriva filosófica sobre a razão instrumental, aprofundaram diversos aspetos da teoria marxista crítica não só perante os pressupostos e teses do conservadorismo, do liberalismo e do positivismo, como das perspectivas reformistas e social-democratas presentes nos teóricos da II Internacional e nos partidos trabalhistas, sociais-democratas ou mesmo eurocomunistas, prolongando-se em questões e temas como epistemologia e

ou crença cega na ciência e técnica e/ou imputar-lhe a partilha dos pressupostos da ciência positiva, da cultura 'ocidental' e/ou do inerente desenvolvimento benéfico das forças produtivas sob o capitalismo equiparável ao sistema socialista e sobretudo responsabilizá-lo pelos erros cometidos pelo dito socialismo real da ex-URSS e doutras experiências fracassadas. Relevam particularmente os escritos dos últimos anos da vida de Marx, em que ele se debruça sobre a propriedade comunal em sociedades pré-capitalistas como o *mir* na Rússia como outro possível modelo de transição para o socialismo diferente do por ele prefigurado, sobre a questão ecológica nomeadamente sobre o potencial destrutivo da natureza por parte do capitalismo, sobre o colonialismo e o seu apoio às lutas anticoloniais na Índia, no Egito e na Argélia (cf. Musto 2018). Tal posicionamento dos referidos autores decoloniais traduz alguma preguiça intelectual que, para além de demitir-se da análise das razões desses fracassos do dito socialismo real, ignora que, tal como sustentam Balibar (1993) e Bensaïd (2006), as experiências passadas, com seus aspetos positivos e negativos, não são historicamente inúteis, havendo lições a extrair para o futuro. Neste esforço de síntese entre decolonialidade e marxismo cf. Aguiar (2018).

cultura, ideologia e utopia, sistemas totalitários, formas de repressão e controlo não só em termos de classe, mas também de género e sexualidade, estrutura e sujeitos potencialmente revolucionários da mudança societal desde operários, passando por camponeses, até estudantes, entre outros. Por sua vez, teóricos como Amin (1976), Wallerstein (1990 [1974]), T. dos Santos (2011 [1978]), Bourdieu (1980), Wright (1985), Bader e Benschop (1988) e Löwy (1999, 2014) fizeram um avanço notável no esforço de síntese superadora da velha dicotomia entre estrutura e ação social, combinando contributos nucleares de Marx (1974 [1859]) e Weber (1978 [1920]). Por fim, o enunciado da tese onze por Marx e Engels (1976 [1846]), expressa na *Ideologia Alemã*, é certamente aquela que de modo notável resume a necessidade da imbricação da sua teoria com a prática política em vista da transformação social e superação do sistema capitalista: “Os filósofos até agora limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras, o que importa é transformá-lo”. Se a ação designadamente coletiva é o chão ou, melhor, um dos pilares em que assenta o marxismo, tal não significa, contrariamente a uma versão vulgar, empiricista ou anti-intelectualista do marxismo, que a teoria, a interpretação e/ou explicação da realidade deva ser abolida ou desvalorizada, mas que ela, tal como sustentam Grüner (2006: 104 ss) e Sanchez-Vasquez (1980 [1967]), é situada social e politicamente e se baseia justamente na praxis, na transformação da realidade como condição duma interpretação/explicação objetiva, sendo esta uma componente não só teórica como política da transformação da realidade.

Este notável quadro teórico e político iniciado por Marx e Engels constitui a “caixa de ferramentas” utilizada por todos os que se inscrevem no marxismo para compreender o capitalismo e lutar pela sua superação. A sua história, desde os seus alvares, está feita de crises e de expansões, de ciclos económicos nos quais aquelas se vão sucedendo. Como lembra Gorender (1996: 66ss), no extenso texto de apresentação a uma edição brasileira de *O Capital*, Schumpeter afirmou que Marx foi pioneiro na reflexão teórica sobre os ciclos económicos, embora não nos tivesse oferecido uma elaboração acabada, ligando as diversas crises, algumas delas por ele observadas durante o seu tempo de vida no século XIX. No entender do teórico marxista brasileiro,

As crises cíclicas cumprem a função precípua de recuperação passageira do equilíbrio do sistema capitalista, justamente por haver sua tendência ao desequilíbrio atingido um grau paroxístico. Mas este equilíbrio momentâneo só se efetiva mediante tremenda devastação das forças produtivas até então acumuladas. Devastação manifestada na depreciação das mercadorias ou simplesmente na destruição dos estoques invendáveis, no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas, na

falência de muitas delas e sua absorção por outras a preço vil, na desvalorização geral do capital e, por fim, no desemprego maciço, que inutiliza grande parte da força produtiva humana e reconstitui, em proporções maiores, o exército industrial de reserva (Gorender 1996: 66).

Analistas atentos das crises que ocorreram durante as suas vidas ao longo do século XIX, nomeadamente as ligadas ao algodão e à indústria têxtil, setor de ponta do capitalismo dominado pela burguesia britânica, Marx e Engels interessaram-se por elas, procurando identificar e compreender as suas causas. Empreendendo uma síntese do ciclo que preencheu as décadas de vinte a sessenta do século XIX, no prefácio da primeira edição em língua inglesa de *O Capital*, já depois da morte de Marx, Engels escreve:

O ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, que se repetiu sempre de 1825 a 1867, parece ter-se esgotado; mas só para deixar-nos aterrisar no lodaçal desesperador de uma depressão crônica e duradoura. O almejado período de prosperidade reluta em voltar; toda vez que acreditamos divisar os sintomas que a anunciam, eles desaparecem novamente no ar. Entrementes, cada novo inverno recoloca a questão: “O que fazer com os desempregados?” Mas enquanto se avoluma, a cada ano, o número de desempregados, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos calcular o momento em que os desempregados vão perder a paciência e tomar o seu destino em suas próprias mãos. Em tal momento, deveria certamente ser ouvida a voz de um homem, cuja teoria é, toda ela, o resultado de uma vida inteira de estudos da história e da situação econômica da Inglaterra, levando-o à conclusão de que, ao menos na Europa, a Inglaterra é o único país onde a inevitável revolução social poderia realizar-se inteiramente por meios pacíficos e legais. Certamente ele nunca se esqueceu de acrescentar que não esperava que as classes dominantes da Inglaterra se submetessem a essa revolução pacífica e legal sem tentar uma *proslavery rebellion* (Engels 1996 [1867]: 154).⁹

Fazendo a traço grosso a história do capitalismo no século XIX, tendo como referência o seu centro, a Inglaterra, ela tem inquietantemente similitudes ao que foi a história do capitalismo no século XX e ao que largamente preenche as primeiras duas décadas do presente século. A análise de Engels (1996 [1867]) não só convoca a nossa atenção para o carácter cíclico do funcionamento do capitalismo

9 Traduzindo, uma “rebelião pró-escravatura”. Como se esclarece no texto citado, em nota de rodapé, Engels refere-se à rebelião dos proprietários de escravos dos Estados Unidos da América que esteve na origem da Guerra Civil norte-americana.

e suas promessas sempre adiadas que se transformam num desespero – o que nos obriga, justamente, a convocar por analogia metafórica a dimensão religiosa para o compreender¹⁰ –, como nos alerta para as consequências das crises: o desemprego e a impossibilidade da burguesia aceitar, de forma pacífica e democrática, qualquer forma de transição que permita a superação do capitalismo.

Olhemos com maior minúcia para o desemprego, cujo contraponto é o trabalho. Sendo um fenómeno social complexo, trabalho significa produção de riqueza, salários, sindicatos, leis laborais, enfim, seres humanos que, utilizando as suas capacidades físicas e intelectuais, produzem bens e serviços com valor social e económico. Como já foi discutido noutros textos (v.g., Ribeiro *et al.* 2012), o trabalho implica vida humana, não existe fora dela, sendo, pois, uma das marcas fundamentais da humanidade (Meillassoux 1997). A bem dizer, a distinção entre humanos e não humanos reside na produção, o elemento primordial para a satisfação das necessidades humanas. Ou seja, esta é a distinção crucial e irreduzível face às outras espécies, incluindo as que nos estão geneticamente muito próximas: é pelo trabalho que nos apropriamos e transformamos a natureza. Em vez de a aceitarmos como ela é, agimos sobre ela, constatando-se, contudo, desta ação danos ambientais, cuja dimensão catastrófica só pode ser compreendida na sua totalidade considerando o papel desempenhado pelo sistema capitalista.

Seguindo de perto a linha interpretativa já desenvolvida por Silva (2012: 136ss), a palavra trabalho deriva, em termos etimológicos, de *tripaliare*, que significava torturar com o *tripalium*, um instrumento de três paus cruzados utilizado para ferrar os animais. Em linha com este conceito de sacrifício e tortura, até à modernidade o trabalho, sobretudo manual, ainda que com algumas variações, foi visto numa conceção expiatória e punitiva como desprezível e impróprio para as

10 Não cabendo aqui tratar esta dimensão, resta deixar uma chamada de atenção para o esforço teológico que, pelo menos desde o teólogo inglês Richard Baxet no século XIX até casos mais recentes, como Michael Novak, têm empreendido para legitimar o capitalismo (cf. Sung 1989: 121). Como mencionado (cf. Ribeiro 2017), a sugestão de Walter Benjamin para vermos no capitalismo uma espécie de religião, ainda que não de forma mimética, merece todavia uma minuciosa interpretação de Löwy (2006) que, sem negar o carácter alienante e predominantemente ideológico da religião nomeadamente no capitalismo, faz uma sistemática revisão das conceções dos fundadores do marxismo e doutros autores a este respeito, considerando os diferenciados e contrastantes entendimentos e vivências da religião por classe social. Além disso, assumir que a religião protestante tenha tido, tal como sustentou Weber (1990 [1905], 1978 [1920]: 399ss), uma correlação e/ou afinidade eletiva no aparecimento do capitalismo, tal não significa de modo nenhum entender a religião como fator causal do capitalismo e, muito menos, do seu funcionamento, sendo quando muito um fator relativamente autónomo mas funcionando como forma ideológica relacionada não só com o político como com o económico e as atividades ‘mundanas’ (*diesseitig*) (cf. Silva 1998, 2009).

classes sociais privilegiadas. Porém, com a modernidade, se diversas outras concepções e significados sobre o trabalho, nomeadamente por parte dos liberais e dos socialistas utópicos, emergiram, foi Marx (1996 [1867]) quem de modo inovador concebeu o trabalho como atividade produtora de bens e valores de uso e, já no quadro do modo de produção capitalista, também valores de troca, de mercadorias.

Se ao capitalismo é inerente o processo de exploração da força de trabalho assalariado, a partir do qual o trabalhador adquire, em maior ou menor medida, os meios de subsistência, um maior problema surge quando o capital, ora criando exército de reserva, ora dispensando em situações de crise a força de trabalho, lança os ‘excedentes’ laborais para o desemprego, como uma das mais pungentes expressões de crise. Não tendo a ociosidade forçada nascido do capitalismo (cf. Zoberman 2011), é com este que o fenómeno se consolida, podendo encontrar-se as suas raízes nas vedações de propriedades agrícolas (*enclosures*) na Inglaterra.

A apropriação das terras comunais pela aristocracia fundiária para criar carneiros – num tom sarcástico, More (s.d. [1516]: 31) afirma, na sua obra magna, que estes pacíficos animais “se tornaram tão vorazes e ferozes que chegam mesmo a devorar os próprios homens” – não só faz parte, juntamente com a conquista e a pilhagem das Américas, suportada pelo trabalho escravo de homens capturados em África pelo tráfico negreiro (Marx e Engels 1978: 158159; 2016[1857]), do processo de acumulação primitiva, como vai nutrir o enorme exército de reserva sem o qual não teria sido possível o desenvolvimento industrial em Inglaterra. A este propósito é amiúde sustentado por defensores das epistemologias do sul e/ou da nova teoria crítica (Lander 2006, Grossfoguel 2018, Santos 2009) de que o marxismo, a começar pelos seus fundadores, convergiria, legitimaria ou até seria cúmplice de uma perspetiva ocidentalocêntrica relativamente a populações colonizadas no Oriente ou no Hemisfério Sul. Ora, embora Marx e Engels nos seus primeiros escritos até 1857 em torno dos sucessivos modos de produção (comunitário, esclavagista, feudal, capitalista, socialista e comunista) e do devir da história denotem, como referido, alguns elementos unilineares por influência do iluminismo e da própria perspetiva teleológica hegeliana, a partir dessa data viriam a denunciar e avaliar como brutal e bárbara a intervenção inglesa na Índia e sobretudo na China, revelando assim uma concepção multilinear dos processos históricos. Nesta perspetiva, por influência de escritos de Kovalevsky sobre Argélia e, mais tarde, pelo contato com populistas russos nomeadamente Vera Zassoulitch, assinalaram de modo seminal a importância não só de formas comunitárias no século XIX, por um lado, como, por outro, da existência de outros modos de produção nomeadamente asiático e doutras formas despóticas de (sobre)exploração do trabalho, nomeadamente a partir do século XVI, no processo de colonização de povos indígenas e negros dos continentes americano, africano e

asiático (cf. Godelier 1970, Galissot 1976, Silva 1998, K. Anderson 2010, Siracusa 2019). Já no século XX, são de assinalar os contributos de Gramsci (1974) sobre a questão meridional e Sartre (2002 [1960]) sobre a crítica contundente ao colonialismo francês. Mais tarde, o debate foi enriquecido com as reflexões dos teóricos da dependência, do centro-periferia, decoloniais e do colonialismo interno (cf. Frank 1961, Marini 1973, Arrighi 1971, Amin 1976, Wallerstein 1990 [1974], Quijano 2000, Dussel 2009, Gonzalez-Casanova 2006), todos críticos das metrópoles ou centros (neo)coloniais com a sua ‘civilização’ e racionalidade instrumental e com colonialidade de poder e de saber.

Falar da crise implica considerar a existência de seres humanos, homens e mulheres – e até crianças, como aconteceu na Europa do século XIX e ainda no século XX em países europeus como Portugal, assim como atualmente nas mais diversas geografias periféricas do mundo –, os quais, trabalhando, se veem subitamente privados do seu único meio de subsistência, o salário, por força do desemprego. Tal suscita a discussão não só sobre os efeitos da crise, expressos sob a forma de miséria e sofrimento, mas também sobre o lugar do trabalho no capitalismo, tal como refere Marx (1996 [1867]: 355):

Crises, durante as quais a produção é interrompida, trabalhando-se apenas “curto tempo” durante alguns dias da semana, não mudam em nada, naturalmente, o empenho de prolongar a jornada de trabalho. Quanto menos negócios são feitos, tanto maior deve ser o ganho sobre o negócio feito. Quanto menos tempo pode ser trabalhado, tanto mais tempo excedente de trabalho deve ser trabalhado.

Marx convoca a nossa atenção para um aspeto muito singular do funcionamento do capitalismo. Mesmo em situação de crise, implicando redução da força de trabalho, nem por isso se passa a trabalhar menos, pois existe uma estreita correlação entre a mais-valia e o tempo de trabalho produtivo não pago. Assim, ontem como hoje, qualquer crise – mas também com o aumento do capital constante (nomeadamente matérias-primas, máquinas, ferramentas) que potencia a produtividade –, ao mesmo tempo que o desemprego cresce, os que se mantêm a trabalhar continuam a fazê-lo com a duração e a intensidade de sempre, não raro até mais. O desemprego é dramático, pois o trabalhador, ao possuir como único recurso a sua força de trabalho, é obrigado a oferecê-la, sendo a escolha entre ser explorado ou morrer à fome. Trata-se, como lembra Suret-Canale (1998: 2930), refletindo, na esteira de Marx (1996 [1867]), sobre a origem histórica do trabalhador no capitalismo, de “mão-de-obra ‘livre’, isto é, liberta das obrigações e servidões feudais ou senhoriais, mas também desprovida de quaisquer meios de existência autónoma (e nomeadamente de terra)”.

Não sendo detentores dos meios de produção, os trabalhadores não têm outra alternativa que não seja, sob pena de pobreza absoluta ou até morte pela fome, a de oferecer a sua força de trabalho a qualquer preço como mercadoria altamente degradada. Com efeito, observando que a sobrevivência e a reprodução dos trabalhadores dependem da venda da sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção, Marx e Engels [1968 (1848): 30] afirmam que os “operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro”. É necessário precisar que não é o trabalho que é uma mercadoria mas a força de trabalho do trabalhador que a possui, isto é, “a sua força vital, a energia acumulada que o torna apto a trabalhar durante um determinado número de horas” (Emmanuel 1973: 163). Esta noção foi, aliás, enunciada por Engels, no prefácio à obra de Marx *Trabalho Assalariado e Capital* (Engels 1975 [1849]: 9ss) e pelo próprio Marx: “O que o operário vende não é propriamente o seu *trabalho*, mas sim a sua *força de trabalho*, cedendo ao capitalista, temporariamente, o direito de dispor dela” (Marx, 1975 [1849]: 5657). A força de trabalho é, portanto,

uma mercadoria como outra qualquer, e contudo muito especial. Esta mercadoria tem, com efeito, a especial virtude de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor, e se se sabe empregá-la, de maior valor que o que em si mesma possui (Engels 1971 [1849]: 19).

Se a força de trabalho é, simultaneamente, fonte de valor e uma mercadoria que é vendida aos detentores dos meios de produção, então podemos entrever o processo de obtenção da mais-valia pelo capital por via do trabalho não pago ao trabalhador. Tal não só lhe permite ficar com o valor produzido pela força de trabalho, em regra superior ao salário pago, retendo assim o que se constituirá em mais-valia, como produz uma contradição entre o carácter social da produção, envolvendo a mobilização de força de trabalho composta, hoje, por milhares de milhões de homens e mulheres, e o carácter privado da apropriação de parte significativa da riqueza pelo capital.

2. As desigualdades sociais como problema central: alguns dados do mundo de hoje

Tradicionalmente, o conceito mais usual para designar formas de exclusão e/ou desigualdade social era o de pobreza, ora absoluta, ora relativa. O conceito de pobreza relativa, embora mantendo-se o seu uso em contraponto com o conceito de pobreza absoluta – enquanto limiar com enfoque biológico abaixo das próprias condições

mínimas de sobrevivência da pessoa em risco – tem vindo a ser ora substituído, ora complementado com um outro conceito, o de exclusão social, o qual seria visto como um conceito sinónimo de desigualdade social.¹¹

O conceito de exclusão social é amiúde apresentado como o conceito-chave dum novo e mais recente paradigma, nomeadamente do chamado modelo europeu sobre inclusão/exclusão social. No entanto, ele já foi elaborado e avançado pelos sociólogos clássicos, nomeadamente por Weber (1978 [1920]). O conceito de exclusão e outros congéneres têm, contudo, interpretações e alcances diferentes conforme a tradição sociológica, o que nos obriga, sintetizando Silva (2009a), a fazer uma breve revisitação das conceções durkheimiana, (neo)weberiana, simmeliana e interacionista simbólica e, por fim, (neo)marxista. Assim, para Durkheim (1977 [1893]) a exclusão social é vista como perda do laço sociomoral, como fenómeno anómico, resultante ora da divisão forçada do trabalho, ora da prevalência da densidade material sobre a densidade moral, sendo a sociedade incapaz de integrar alguns dos seus membros na partilha da consciência coletiva. Por sua vez, partindo de diferentes pressupostos dos da perspectiva durkheimiana e admitindo a conflitualidade sob diversas formas (de classe, étnica, religiosa) em diversos tipos de sociedade, Weber (1978 [1920]) sustenta que a exclusão social é resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercados, ora das relações fechadas próprias de certos círculos que usurpam, monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados recursos e saberes, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de

11 Como refere Silva (2009a), não obstante as limitações do conceito de pobreza, ele é bastante mais claro e menos ambíguo que o de exclusão social, dado que a pobreza é suscetível de ser mensurada em termos absolutos e relativos. Mais, se, por um lado, o conceito tem sido apropriado por uma visão assistencialista e caritativa por instâncias religiosas, nomeadamente a católica, importa reter, tal como o salientam Löwy (2001, 2006) e Amadeo (2006) que, justamente no campo da teologia da libertação, o conceito de pobre e sua libertação retém um sentido materialista crítico do capitalismo e do fetichismo mercantil e profundamente emancipatório sustentado por teólogos como os irmãos Boff (v.g., Boff e Boff 2011). Na esteira de Bourdieu (1989), Bader (1991) e Silva (1998), a religião pode ser entendida ora como produto social (*opus operatum*) e esquema legitimador de determinada ordem social, ora como quadro ativo (*modus operandi*) na medida em que, problematizada perante situações de angústia, dor e sofrimento, pode dar lugar, nomeadamente entre as classes oprimidas, a interpretações críticas da realidade em modos proféticos e dissidentes e a protestos sob formas de religiosidade popular. Esta interpretação dual da religião pode encontrar-se de modo seminal em Marx e mais explicitamente em Engels (1969), assim como em Weber (1978 [1920]) e em Luxemburgo (1971 [1905]), Kautsky (1921), Goldman (1955), Bloch (1968), em marxistas latinoamericanos como Mariátegui e em teólogos da libertação (cf. Löwy 2006: 274ss), assim como, posteriormente, em teóricos da dependência como T. dos Santos (2011 [1978]) e decoloniais Quijano (2000) e Dussel (2009).

poderes e recompensas pela via político-partidária. De modo aproximado, também Simmel (1987 [1903]) tende a medir o grau de fechamento/exclusão ou abertura duma sociedade pela forma como os autóctones se relacionam com os forasteiros, ideia que viria a ser retomada pela Escola de Chicago nas relações em meio urbano e sobretudo, mais tarde, desenvolvida nos anos 1950/60 pelo interacionismo simbólico (Goffman 1988 [1963] e Becker 1963), centrado na teoria da rotulagem ou etiquetagem que explica comportamentos ditos desviantes, estereótipos e estigmas de vária ordem não pela qualidade dos ditos desviantes mas como resultado do confronto entre dois olhares: o da sociedade ou de indivíduos ‘normais’ e o dos transgressores, ‘desviantes’ ou estigmatizados.

Sintetizadas as ideias nucleares de sociólogos clássicos sobre a exclusão social, se, por um lado, importa desconstruir as formas de legitimação das desigualdades sociais operadas por sociólogos clássicos, quer no passado, quer na sociedade contemporânea, por parte de Durkheim (1977 [1893]), Parsons (1988 [1951]), Davis e Moore (1976 [1945]) na medida em que a fundam na base das diferenciadas capacidades, talentos ou competências e, em última instância, na meritocracia e na aceitação de normas e valores societais alegadamente comuns, já não poderemos prescindir dos notáveis contributos weberianos e inclusive interacionistas. Porém, a perspetiva marxista é nuclear e a mais consistente para a compreensão e explicação das desigualdades sociais. Propriamente, segundo Silva (2009a), na perspetiva marxista (cf. Marx 1996 [1867]), a exclusão social seria vista como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política. Ou seja, seriam excluídos não só determinados grupos sociais mais vulnerabilizados e afetados pelo processo de mecanização e modernização (*v.g.*, camponeses e artesãos pobres, desempregados, mendigos, sem abrigo), mas também, em maior ou menor grau conforme o grau de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo dos meios de produção, os quais acabam por ser centralizados e monopolizados por uma minoria: a classe burguesa que, com as suas diversas frações (agrária, industrial, comercial e financeira), cresce e se desenvolve à custa da exploração das diversas frações das classes trabalhadoras: agrícolas, industriais e do comércio e serviços, incluindo obviamente trabalhadores qualificados como, por exemplo, médicos ou professores assalariados.

Com efeito, na análise das desigualdades sociais numa perspetiva histórica e dialética, importa, portanto, na esteira de Marx (1996 [1867]) e de Marx e Engels (1968 [1848], 1976 [1846]), partir da estruturação das desigualdades como base do conflito de classes nos sucessivos modos de produção na história e respetivas classes antagónicas (esclavagismo, feudalismo, modo de produção asiático) e, na sociedade contemporânea, no modo de produção capitalista, o qual deve ser articulado

nas sucessivas formações socioespaciais com diversos outros modos de produção, em que o capitalista (burguesia-proletariado) tende a ser o dominante (Rey 1979 [1973]). As condições de aparecimento e reprodução dos lugares de classe e respectivos graus de poder e controlo sobre recursos nomeadamente económicos a nível estrutural condicionam o próprio recrutamento dos indivíduos nas posições desigualmente distribuídas. Porém, Marx (1975 [1869] e 1975a [1895]), com base na já referida contradição fundamental entre o carácter social da produção e a apropriação do produto, não deixa de analisar em diferentes textos as diferenciadas formações sociais e conjunturas concretas, abrindo um outro nível de análise menos abstrato para entender ora a exploração e a dominação de umas classes, ora a formação, organização e consciencialização de outras através de associações, sindicatos e partidos, ideia esta seminal para ter uma concepção multidimensional das desigualdades, designadamente de classe. Ou seja, o núcleo conceptual sobre desigualdades sociais, nomeadamente de classe, em Marx (1996 [1867], 1975 [1869], 1975a [1895]), contém de modo embrionário outras dimensões nomeadamente a nível político e ideológico que diversos outros marxistas, abandonando a rigidez da tradicional interpretação marxista de tipo economicista e recusando um fechamento dogmático de tipo unidimensional, vieram desenvolver, sendo de destacar Poulantzas (1975) e sobretudo Hall (1977), Burawoy (1979), Thompson (1982), Wright (1985), Bader e Benschop (1988), Benschop (1993), Crompton (1995) e Silva (1998, 2009). Para além da distinção de diversas dimensões (económica, política e ideológica), estes últimos, combinando elementos marxistas e weberianos, assinalam, para além da exploração económica, outros três tipos de exploração ou extração de sobretrabalho: (i) credencial (com base no poder de disposição sobre credenciais ou diplomas, possibilitando a exploração de trabalho doutrem); (ii) organizacional (com base nas posições de elite ou de lugares dominantes burocráticos e tecnocráticos, de controlo e na gestão de força de trabalho alheia); (iii) clientelar, assente no poder desigual de disposição em relações ou interações assimétricas duráveis entre patrono e cliente, implicando situações de desigualdade, exclusão e/ou discriminação (associações seletivas, fechamentos, corrupções).

As interpretações estruturalistas dogmáticas, de algum modo presentes na escola estruturalista francesa, nomeadamente em Althusser (1972), mesmo quando admitem a dominância de fatores como o parental, o político ou o religioso, mantêm o económico como determinante em última instância na estruturação das classes, o que, em vez de resolver a questão, complica. Em contraponto a esta perspetiva determinista e estruturalista, outros marxistas como Thompson (1982), sem negar a estrutura económica, vieram relevar os processos históricos, as práticas políticas e contextos culturais, as experiências e lutas para entender os processos de formação,

organização e consciencialização de classe e respetivas formas, ora de ação e mobilização, ora de desorganização e desmobilização das classes trabalhadoras e dos próprios camponeses, que, já desde o século XIX, foram em diversas situações, classe-apoio de blocos conservadores, mantendo-se resistentes passivos sob o princípio de segurança (Thompson 1982, Wolf 1974, Scott 1990, Silva 1998). De resto, a importância do político e do ideológico, expressa no conceito de hegemonia, já tinha sido relevado por Gramsci (1974) que interpretava a alegada distinção entre a base económica e a superestrutura não num sentido mecânico e determinista mas de modo indicativo e metafórico. No entanto, esta questão viria a ser superada por posicionamentos de síntese já referidos por autores como Bourdieu (1979, 1980), Bader e Benschop (1988), Wright (1998), Crompton (1998) e Silva (2009), numa perspetiva não só multidimensional como plurinível (socio-estrutural, organizacional e interativa), para o que, mantendo a centralidade das teses marxistas, souberam incorporar não só componentes weberianas sobre as dimensões social e política, assim como inclusive contributos de neossistémicos como Luhmann (1982/1970).

Por fim, em torno das desigualdades sociais, torna-se incontornável a referência aos estudos decoloniais que eclodiram sobretudo desde os anos 1980,¹² os quais, se, por um lado, têm conduzido certos autores a sustentar novas epistemologias, rompendo as lógicas do colonialismo, do eurocentrismo e do etnocentrismo, podem contudo encontrar-se pontes com a própria teoria marxista. Com efeito, os teóricos decoloniais salientam relações históricas hierarquizadas que, ao longo dos séculos, têm gerado e/ou invisibilizado relações de exploração e dominação, ou seja, “situações de opressão diversas” (Cesaire, 1978 [1955]: 90), caracterizadas pela “dominação de uma raça sobre a outra” (Cesaire, 1978 [1955]: 19) no quadro dos processos de colonização, como o desenvolveram vários teóricos decoloniais, designadamente Quijano (2000) e Dussel (2009).

Se as desigualdades são hoje obscenas, tal como sublinha Dowbor (2014: 9), apoiado nos dados mobilizados por Piketty (2013), elas suscitam uma questão ético-moral sobre o papel desempenhado pelas elites, em especial a mais abastada. Como referem Silva (2018) e Ribeiro (2018), na esteira de Ariño e Romero (2016), esta gente endinheirada é formada por ultrarricos, tendo como principais fontes de riqueza as aplicações financeiras, as patentes e as obras públicas, em especial nos países emergentes. De certo modo constituem-se como um grupo à parte, uma “plutonomia” que se desprendeu dos outros segmentos da burguesia e da própria sociedade

12 Segundo Ballestrin (2013), o termo decolonial diz respeito à perspetiva pós-colonial defendida pelo coletivo Modernidade/Colonialidade, cuja ênfase é a compreensão dos efeitos dos processos de colonização na América Latina.

a que pertencem como nacionais e/ou onde vivem. Sendo expressão de um processo, envolvendo dimensões económico-financeira, política, cultural, moral e residencial, Ariño e Romero (2016) acentuam que esta secessão é levada muito a sério por esta camada social, traduzindo-se inclusivamente na imaginação de soluções exteriores ao próprio planeta. A construção de “capacidade de fuga”, como a designa Rushkoff (2018), tem por objetivo sobreviver às alterações climáticas, às migrações e às pandemias globais, se necessário no espaço ou noutra planeta. Se é conhecida a ambição de Elon Musk em colonizar Marte, outros ultrarricos, certamente mais pragmáticos, limitam-se a olhar para a Nova Zelândia como o seu refúgio terrestre.¹³ Porém, se esta é uma fração restrita, minoritária e plutocrata mas preponderante, as restantes frações da burguesia, apesar das contradições e lutas internas sobre a apropriação e acumulação de capital na base da renda, do juro e/ou do lucro, nomeadamente entre a agroindustrial orientada para a produção e a rentista ou financeira, tendem a recompor-se e aliar-se, sempre que movimentos sindicais e outros movimentos sociais (feministas, antirracistas, ecológicos) se tornem uma ameaça ao *statu quo*.

A fim de fornecer um breve retrato das desigualdades a nível mundial, importará levar em linha de conta os processos de acumulação de capital e a concentração de riqueza numa reduzida minoria, as assimetrias regionais, o nível de rendimento *per capita* e outros critérios como a esperança de vida, acesso a bens e serviços públicos, taxa de escolaridade. Começando pela distribuição de rendimentos por grandes regiões a nível continental, enquanto 20% da população residente em países mais ricos detêm 80% do produto bruto mundial, os restantes 80% da população dos países do Sul detêm apenas 20% da riqueza e 20% dos mais pobres apenas 1% da riqueza, indicando os dados por países e grupos populacionais um agravamento das desigualdades, tal como o comprovaram vários autores como Piketty (2013), Harvey (2011), Silva (2013, 2018) e Ribeiro (2018). Em números absolutos, em 1998 dos quase 6 biliões de pessoas, 2,8 biliões viviam com menos de dois dólares por dia, dos quais 1,2 biliões menos de um dólar por dia (Pogge *apud* Callinicos 2006:253). Em termos diacrónicos, se o *ratio* entre países ricos e países pobres em 1820 era de 3:1, em 1975 passou para 15:1 e em 1999 para 19:1 e, em termos populacionais, se em 1950 40% da população recebia 4,9% e em 1977 4,2% da riqueza (cf. Maddison 1995, Santos 2001, Silva 2018), em 2015, segundo o relatório da *Global Wealth Report* (GWR),

13 Segundo a agência de notícias da Blomberg, alguns ultrarricos norte-americanos evitaram a pandemia da Covid19 refugiando-se em abrigos subterrâneos que possuem na Nova Zelândia. Cf., entre muitos outros sítios de notícias, Bloomberg (2018 e 2020), *El País* (2017), *New York Times* (2017). Desde a declaração de falência da Lehmon Brothers os superricos passaram de 793 para 1645, sendo que o valor patrimonial de 85 destes ultrabilionários alcançou 50% da riqueza mundial (cf. revista Forbes, 1987-2013, *apud* Ribeiro, 2018: 116).

70% da população a nível mundial detinha apenas 3% da riqueza mundial. No polo diametralmente oposto, o *ratio* do rendimento de 1% do segmento mais rico passou de 30:1 em 1960 para 60:1 em 1990 e 74:1 em 1997, e destes, 8,1% de milionários acaparavam 84,6% da riqueza, dos quais ainda 0,7% de ultrarricos se apoderavam de 45% da riqueza mundial (UNDP 1999:3; W-X 2014: 9). Obviamente que tal realidade tem, ainda segundo a própria ONU (GWR 2015), consequências dramáticas sobre a grande parte da população mundial: em 2015 permanecem 795 milhões de pessoas em situação de fome e/ou subnutrição, 2,4 mil milhões sem condições sanitárias, com escassez de água ou sem água potável e sem acesso a cuidados de saúde, grande parte dos quais com doenças curáveis; 900 milhões analfabetos, abarcando entre 30 a 50% de pessoas nos países mais pobres, com baixíssimas taxas de investimento educacional; 100 milhões sem habitação, vivendo a maior parte em favelas, o que, segundo Davis (2006), forma o ‘planeta favela’ como o maior drama humano e ambiental; 150 milhões de crianças subnutridas, das quais 14 milhões morrem antes dos cinco anos de idade, sendo esta realidade mais pungente na África subsariana com 47,1% da população rural e 33,6% da população urbana em extrema pobreza.

Perante os breves dados indicativos das enormes desigualdades sociais no passado e no presente, a questão a colocar é: como será possível eliminar ou, pelo menos, reduzir nas próximas décadas o fosso das desigualdades sociais entre os detentores do capital económico e financeiro e as diversas classes assalariadas e outras camadas populares desprovidas e privadas das condições básicas e mínimas de sobrevivência?

Se, lançando um breve olhar sobre a situação económica e política a nível de continentes e países, não se vislumbra o preenchimento de condições organizacionais e político-ideológicas ou, melhor, utópicas no sentido de Marx (1976 [1846]) e Mannheim (1976 [1929]) por parte dos movimentos sociais nomeadamente sindicais e partidos de esquerda capazes de assumir o controlo dos respetivos Estados a nível nacional, visando a socialização dos meios de produção, tal significa que a implantação real, em termos de próximo futuro, de sistemas ecossocialistas em suas diversas variantes não está ainda na ordem do dia. Ou seja, tais situações, nomeadamente a consolidação do neoliberalismo e das forças conservadoras de direita e, nalguns países, da extrema-direita, evidenciam a necessidade de acumular forças a partir dos diversos atores e sujeitos históricos explorados e oprimidos em termos de classe, étnico-raciais e de género. Ainda que Marx e Engels se tenham centrado nas desigualdades de classe e não tenham desenvolvido as relações de género no quadro das relações de produção, as desigualdades de género não deixaram de ser objeto de análise de Marx (1976a [1857-59], 1996 [1867]) e de Marx e Engels (1976 [1846]). Em concreto, é de relevar a sua análise sobre a imbricação do processo de produção e de reprodução da vida e dos meios de vida, assim como a combinação das lutas

de emancipação feminina com a emancipação geral,¹⁴ e sobretudo a obra de Engels (1980 [1884]), em que as desigualdades de classe e de gênero surgem acopladas à propriedade privada, ao Estado e à família monogâmica, na qual a mulher surge subordinada. Já relativamente às desigualdades étnico-raciais, embora não tenham sido desenvolvidas pelos fundadores do marxismo, existem referências, nomeadamente na obra magna de *O Capital*, a relações de exploração e espoliação de indígenas e negros no quadro do processo de colonização, questões e temas que teóricos marxistas, decoloniais e outros críticos têm desenvolvido.

Apesar dos seus inimigos, detratores e inclusive alguns teóricos críticos pós-modernos, os textos fundadores de Marx e Engels mostram a justeza e atualidade do materialismo histórico e dialético e dos princípios básicos do marxismo para a necessária e radical transformação do sistema capitalista no horizonte do processo histórico. Atendendo ao princípio dialético da conjugação da quantidade e da qualidade na mira, a longo prazo, do salto qualitativo do ecossocialismo, tal não invalida, porém, que se estipulem objetivos intermédios de redução de desigualdades sociais. Para os alcançar são necessárias, para além das lutas sociais nas várias dimensões (de classe, territoriais, étnico-raciais, de gênero), as batalhas no campo eleitoral a nível institucional e estatal, no sentido de conseguir as regulações possíveis no quadro do capitalismo. Estas deverão ter repercussões na redução das injustiças fiscais, agravando os impostos aos ricos e super-ricos, o reforço do Estado social na saúde, na educação, na segurança social, o alargamento de direitos laborais, aumentos salariais e outras conquistas sociais, que, além de constituírem avanços, empoderam os movimentos sociais, tendo como objetivo a emancipação social no horizonte ecossocialista.

14 Por exemplo, na obra *Sagrada Família* de Marx e Engels pode ler-se: “A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela atitude de progresso da mulher perante a liberdade, já que é aqui, na relação entre a mulher e o homem, entre o fraco e o forte, onde a vitória da natureza humana sobre a brutalidade, que ela aparece de modo mais evidente. O grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral” (Marx e Engels 2011 [1844]: 236). E na *Ideologia Alemã*: “A produção da vida, tanto da própria no trabalho, como da alheia na procriação, se manifesta como uma dupla relação social – de uma parte como uma relação natural – e de outra como uma relação social no sentido de que por ela se entende a cooperação de diversos indivíduos, quaisquer que sejam suas condições, de qualquer modo e para qualquer fim” (1976 [1846]: 29), um processo de exploração e dominação da mulher já presente no escravagismo: “a escravidão, ainda muito rudimentar, certamente latente na família, é a primeira forma de propriedade que, pelo resto, já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual é o direito a dispor da força de trabalho dos outros” (Marx e Engels 1976 [1846]: 32). Para mais desenvolvimentos a este respeito, cf. Harris e Young (1981), Haug (2006) e Silva (2016).

3. Marx, Engels e a devastação do mundo: o problema ambiental também como problema social

Se as desigualdades, acima esmiuçadas através das lentes teóricas marxistas, são equacionadas como questão nuclear, elas não podem ser compreendidas ignorando as suas articulações com os problemas ambientais. Para os discutir é pertinente considerar a pandemia que atualmente enfrentamos. Perante a crise sanitária, cujas repercussões económicas e sociais continuam a fazer-se sentir em todo o mundo, ainda que de forma muito desigual, podemos perguntar: qual a relação de um vírus com o capitalismo? Retomando os argumentos já discutidos recentemente (Ribeiro, Leite e Felizes 2020), importa começar por enfatizar que, não sendo “o vírus SARS Cov-2 [...] um mensageiro” (Sousa Filho 2020), a epidemia confronta as nossas sociedades hipertecnológicas com uma realidade incontornável: não estamos fora da natureza, pelo contrário, como Engels [1979 (1925)] percebeu há 150 anos, somos parte dela, pelo que as nossas vidas condicionadas e até eliminadas por ela não podem ser pensadas ignorando-a. Com o planeta abalado pelas agressões ecológicas e estragos severos, alguns irreversíveis, nos ecossistemas e na diversidade das espécies, pelo avanço da presença humana para áreas remotas, até agora desabitadas ou pouco povoadas (cf. Shah 2020: 13-14), parece que algo de novo surgiu nas últimas décadas. Desde a identificação do VIH que nos confrontamos com novas epidemias surgidas a um ritmo sem precedentes, a que se juntam surtos de outras já conhecidas: a SARS, a MERS,¹⁵ as gripes aviária (H5N1) e suína (H1N1) e as infeções provocadas pelos vírus Zika e Ébola. Como escreve Davis (2020), com inquestionável sentido de urgência, “a Caixa de Pandora está aberta e o nosso implacável sistema económico está tornando tudo pior” (Davis 2020: 5). Isto é, o capitalismo produziu um tal impacto no planeta – uma das consequências da “externalização de custos”, no entender de Wallerstein [2002 (1995)] –, ao ponto de ter provavelmente dado origem a uma nova era geológica, o Antropoceno.

As desigualdades e, num plano mais largo, as crises que acima procurámos discutir não podem, pois, ser desligadas da devastação ecológica que vivemos e nos confronta com o risco do colapso. Se as leituras de Diamond (2005) e de Taibo (2017) suscitam a alguns o ceticismo e o rótulo de catastrofistas, aos seduzidos por uma leitura otimista e politicamente neutra do papel da ciência e da técnica, descuidando de considerar os seus efeitos, haverá que contrapor que não podemos descartar que o colapso não se constitua como uma possibilidade. E, sendo uma possibilidade,

15 SARS é a sigla, em língua inglesa, para *Severe Acute Respiratory Syndrome*; MERS é a sigla, em língua inglesa, para *Middle East Respiratory Syndrome*.

discuti-lo é uma exigência científica, política e até moral, pois ele coloca-nos frente ao abismo da catástrofe ambiental, como justamente assinala Löwy (2013: 84). Em conformidade com estas inquietações alinha o papa Francisco na sua carta encíclica de 2015. Com o sugestivo subtítulo “Sobre o cuidado da nossa casa comum”, o chefe da Igreja Católica examina com minúcia a situação do nosso mundo. Pugnando por aquilo que designa por “ecologia e progresso integrais”, na perspectiva de Francisco não existem duas crises mas apenas uma, socioambiental. Ancorado nos contributos dos especialistas ambientais que fizeram parte da equipa de peritos que elaborou a *Laudato Si*, Francisco afirma que

o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. [...] Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos” (2015: 34).

Repetimos: nunca maltratámos e ferimos tanto a nossa casa comum como nos últimos dois séculos. Ora, dois séculos colocam-nos defronte do capitalismo! Como já foi referido por um de nós (Ribeiro 2017), a produção de danos, longe de ser algo recente e decorrente da exploração mineira e das atividades industriais, pode recuar até ao surgimento da agricultura e às primeiras grandes civilizações e ao que Giddens refere como “destruição progressiva do meio ambiente físico” (2000: 74), isto é, “produzida pela reação transformadora do homem sobre a natureza, sobre a produção”, como assinala Engels (1979 [1925]: 25), em *A dialética da natureza*, acrescentando que a humanidade transformou “plantas e animais em tão elevado grau que as consequências de sua actividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre.” Oferecendo-nos uma interpretação socio-ecológica das consequências decorrentes da desflorestação na época clássica na Grécia, na Mesopotâmia ou, já mais próximo do seu tempo, nos Alpes, Engels avisa que

não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a Natureza. A cada uma dessas vitórias, ela exerce a sua vingança. Cada uma delas, na verdade, produz, em primeiro lugar, certas consequências com que podemos contar; mas, em segundo e terceiro lugares, produz outras muito diferentes, não previstas, que quase sempre anulam essas primeiras consequências (1979 [1925]: 223-224).

É, porém, com o capitalismo que esta ação transformadora e destrutiva conhece uma outra dimensão, radicalmente mais profunda e intensa, sendo admissível que tenhamos mesmo alterado a própria história climática do planeta. Sabendo-se que

parte da crítica vai também para as consequências ambientais desastrosas produzidas pelo capitalismo, sendo elas consideradas no trabalho de imaginação de alternativas, poder-se-ia admitir que ela é posterior aos escritos de Marx e Engels, sugerindo Santos (1994: 43) que “o que Marx não viu foi a articulação entre a exploração do trabalho e a destruição da natureza e, portanto, a articulação entre as contradições que produzem uma e outra”. Ora, só o desconhecimento dos teóricos alemães permite afirmar que a destruição produzida pelo capitalismo lhes foi indiferente e, mais ainda, que não foram capazes de relacionar a exploração dos trabalhadores com a exploração dos recursos naturais. Não obstante os efeitos a nível ambiental produzido pelo capitalismo serem incomensuravelmente menores no século XIX do que hoje, estando a bem dizer na sua infância, e não contarem com o conhecimento científico que agora dispomos, Marx e Engels identificaram e fizeram, como mostram os excertos acima mencionados, uma crítica consistente sobre as consequências da ação predatória da burguesia, permitindo a Gorender (1996: 22) afirmar que Marx (e também Engels, acrescentamos nós) “merece ser considerado precursor dos modernos movimentos de defesa da ecologia em benefício da vida humana”.¹⁶ Ainda que minoritários, diversos são os autores marxistas (O’Connor 1988, Leff 1992, M. Santos 1996, Altvater 2006) que desenvolvem uma espécie de marxismo ecológico mas sem deixar de sublinhar a seminal reflexão dos fundadores do materialismo histórico e dialético sobre uma economia ecológica, ou seja, sobre a relação entre espaço e sociedade, natureza e economia, designadamente na *Ideologia Alemã* (cf. Marx e Engels 1976/1846) e de Marx (1976a [1859]) no *Grundrisse* e em *O Capital* (1996 [1867]) respetivamente em torno do conceito de necessidades e no duplo caráter do trabalho como produtor de valores de uso e, no processo de criação de mais-valia e expansão do capital, de valores de troca:

Como criador de valores de uso, quer dizer como trabalho útil, o trabalho é, portanto, condição de vida do homem, e condição independente de todas as formas de sociedade, uma necessidade perene e natural sem a qual não se conceberia o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza nem, por conseguinte, a vida humana... Em sua produção, o homem só pode proceder como procede a própria natureza, quer dizer, fazendo que a matéria troque de forma... [...] O trabalho não é, pois, a fonte única e exclusiva dos valores de uso que produz, da riqueza material. O trabalho é, como o disse William Petty, o pai da riqueza, e a terra a mãe...” (Marx 1996 [1867]: 172)

16 Sendo entre os teóricos mais jovens um competente e reconhecido leitor de Marx, Musto (2018: 117) reforça o interesse de Marx sobre a ecologia, lembrando não só o seu interesse pelos trabalhos e publicações que iam surgindo no seu tempo de vida, como fazendo deste tópico um objeto de discussão nas cartas trocadas com Engels.

Não sendo, como Marx (1996 [1867]) bem intuiu, a ciência e as técnicas social e politicamente neutras, elas são instrumento fundamental ao desenvolvimento do capitalismo, sendo o papel nele desempenhado por elas genialmente por ele percebido. Contrariamente a liberais que perspetivavam a natureza ora como elemento externo na criação ilimitada de riqueza ora, posteriormente, enquadrável na teoria da escassez numa lógica racional individualista, o teórico alemão evidencia a relação entre economia-sociedade-natureza e crítica severamente os efeitos ambientais do capitalismo. De igual modo, Engels (1979 [1886], 2010 [1845]) convoca a nossa atenção para as consequências ambientais do desenvolvimento do capitalismo, ilustrando sobre a sobre-exploração do solo na agricultura e na mineração, a poluição dos rios pelos resíduos industriais e da atmosfera pelos gases das chaminés das fábricas. Lembrando-nos que “a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro” (Engels 1979 [1886/1925]: 224), tal obriga-nos a ler estas agressões, como ostensivamente faz Francisco na sua carta encíclica acima mencionada, em estreita articulação com as relações sociais de produção dominantes:

Considerando que qualquer industrial ou comerciante apenas se preocupa em vender, com um pouquinho de lucro embora, a mercadoria fabricada ou comprada, está claro que fica satisfeito e não mais se interessa pelo que possa acontecer com a mercadoria e com o seu comprador. O mesmo (sucede) com as consequências naturais dessas mesmas atividades. Aos agricultores espanhóis, estabelecidos em Cuba, que queimaram as matas nas encostas das montanhas (tendo conseguido, com as cinzas daí resultantes o adubo suficiente para uma só geração, para cafeeiros muito lucrativos), que lhes importava o fato de que, mais tarde, os aguaceiros tropicais provocassem a erosão das terras que, sem defesas vegetais, transformaram-se em rocha nua? Em face da Natureza, como em face da Sociedade, o modo atual de produção só leva em conta o êxito inicial e mais palpável (Engels 1979 [1925]: 226).

Sublinhe-se que três décadas antes dos manuscritos que deram origem à *Dialética da natureza*, provavelmente redigidos entre 1872 e 1882 (Haldane 1979: 8), já Engels nos oferece uma ligação entre a degradação do ambiente e a saúde dos indivíduos no seu estudo sobre as condições de vida da classe trabalhadora na primeira metade da década de 1840 em Inglaterra. Relato vivo da vida dos operários, sobretudo em Manchester, cujas condições materiais se degradavam apesar do formidável avanço técnico – é também um texto pioneiro e notável que se constitui como um arquétipo do trabalho de campo etnográfico com observação participante

(Teixeira e Ribeiro 2020) –, Engels faz uma descrição impressionante dos efeitos contraditórios do capitalismo em ação, tornando evidente a existência de uma tensão entre progresso e regressão, sobre o qual nos debruçaremos algumas linhas mais abaixo:

Não conheço nada mais imponente que a vista oferecida pelo Tamisa, quando se sobe o rio, do mar até à ponte de Londres. A massa constituída pelo casario, os estaleiros em ambos os lados, sobretudo acima de Woolwich, os incontáveis navios dispostos ao longo das duas margens, apertando-se sempre mais uns contra os outros a ponto de só deixarem livre uma estreita passagem no meio do rio, na qual se cruzam velozmente centenas de barcos a vapor – tudo isso é tão extraordinário, tão formidável, que nos sentimos atordoados com a grandeza da Inglaterra antes mesmo de pisar no solo inglês. Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade [...] Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles são irlandeses, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão (Engels 2010 [1845]: 67 e 71).

Esta tensão entre progresso e regressão atravessa toda a obra de Marx e Engels. Retomando a discussão já empreendida em texto anterior (Ribeiro 2017), no *Manifesto do Partido Comunista* (1968 [1848]) encontramos uma passagem que reconhece as transformações operadas pelo capitalismo, sem que daqui se possa fazer uma leitura laudatória, apenas evidenciando o seu papel na destruição de anteriores modos de produção, feudais e despóticos:

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média. Vemos, pois, que a própria burguesia

moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e troca. [...] A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas (Marx e Engels 1968 [1848]: 24-25).

Admitir que Marx e Engels fazem anotações reconhecendo a existência de alguns conteúdos progressistas no capitalismo, cujas dinâmicas são impulsionadas pelo desenvolvimento da ciência e das técnicas, não permite afirmar que “Marx demonstrou uma fé incondicional na ciência moderna e no progresso e racionalidade que ela poderia gerar” (Santos 1994: 35). Esta interpretação mereceu a crítica severa de Netto (2004), em linha com a leitura feita por Bensaïd (1999: 12). Para o filósofo francês e figura de proa da Quarta Internacional, o seu “pensamento não se mostra inteiramente homogêneo”. Obviamente, esta observação de Bensaïd não pode ser interpretada como uma crítica a Marx mas sim como o reconhecimento de estarmos perante um *mâitre à penser* que, inserido nas lutas sociais e políticas do seu tempo e observador atento e sobretudo estudioso competente do funcionamento do capitalismo, não poderia necessariamente deixar de se debater com contradições e reformulações na sua análise que se refletiram nos seus textos. Daqui resulta que

existe em Marx uma concepção *dialética do progresso*, que leva em conta o lado sinistro da modernidade capitalista. [...] Trata-se de pensar a história *simultaneamente* como progresso e como catástrofe, *sem privilegiar um dos aspectos*, pois a saída do processo histórico não está pré-determinada. Um comentário de Frederic Jameson sobre o *Manifesto Comunista* capta bem este procedimento. “Marx exige com força que façamos o impossível, isto é, pensemos este desenvolvimento (do capitalismo) ao mesmo tempo positiva e negativamente, [pelo que] a civilização burguesa moderna aparece, em relação com as sociedades pré-capitalistas, ao mesmo tempo como um avanço e como uma regressão” (Löwy 2006: 261 e 263-264).

Esta tensão dialética presente no pensamento e nos textos de Marx e Engels é especialmente notório no *Manifesto Comunista*, quando convocam a nossa atenção para a degradação das condições de vida dos trabalhadores na centúria de mil e oitocentos, em total contradição com o enorme e rápido desenvolvimento das forças produtivas:

Todas as sociedades anteriores, como vimos, basearam-se no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência de escravo. O servo, em plena servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno

burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, se elevava à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições da sua própria classe (Marx e Engels 1968 [1848]: 36).

A degradação não é apenas material, é também moral, como Löwy (2014: 32-34) justamente lembra ao citar diversos textos, como *A miséria da filosofia* (cf. Marx 2017 [1847]) e os *Manuscritos económico-filosóficos* (cf. Marx 2004 [1844]). Neles Marx faz diversas considerações críticas sobre os efeitos devastadores do dinheiro e da mercantilização de todas as coisas – a quantificação venal da vida social –, a par da irracionalidade, que se exprime nas crises cíclicas de sobreprodução, e da dominação violenta e cruel de povos inteiros, primeiro pelo colonialismo, sob a forma de genocídio e escravatura, posteriormente pelo imperialismo, tal como o assinalou Marx (1974 [1859]) no *Grundrisse* e o desenvolveram sobretudo Lenine (1970 [1899]) e Luxemburgo (1967 [1912]), o primeiro lendo-o como etapa superior do capitalismo e a segunda como inerente ao próprio processo de acumulação.

4. Existe saída de emergência?

A renovação das lutas sociais como conclusão aberta

Se o século de Marx e Engels já está longe de nós, os problemas por eles escrutinados continuam atuais. Talvez ainda mais agudos, reclamando respostas urgentes numa situação histórica concreta que é, em muitos aspetos, bem mais difícil. Tendo em conta a relação entre as desigualdades sociais e os problemas ambientais, como procurámos mostrar, certamente vem a propósito a reflexão de síntese de Altvater (2006: 336ss) sobre o carácter entrópico do capitalismo que, não respeitando a natureza, é prejudicial para esta e, portanto, para o ser humano:

são a desigualdade e a injustiça que se tornam prejudiciais não só para a coesão social, mas também para a natureza. Os pobres são relegados à satisfação das necessidades básicas, enquanto os ricos acumularam tantas reclamações sobre a natureza que podem expandir-se ambiciosamente sobre o ‘meio ambiente’ que dominam e excluir outros de seu uso ordenado, por isso desenvolvem práticas destrutivas do uso excessivo dos recursos que estão ao seu dispor. O ‘rastros ecológico’ dos ricos é muito maior que o dos pobres...

Por outras palavras, não obstante as reflexões de Marx e Engels terem identificado, como vimos, os impactos ambientais provocados pelo capitalismo e intuído como eles se poderiam agravar no futuro, não só os problemas com que

nos confrontamos hoje são mais intensos, profundos e inquietantes, colocando-nos mesmo perante uma catástrofe ambiental – que, conjuntamente com a ameaça do holocausto nuclear, não existiam no tempo de Marx e Engels – como o capitalismo parece mais sólido do que nunca, apoiado no desenvolvimento dos mecanismos de controlo e de repressão por parte do Estado. Mais, convocando a célebre construção teórica de Althusser (1980), as narrativas produzidas pelos aparelhos ideológicos expurgam do debate por eles designado como decente as críticas de fundo ao modo como a democracia funciona no capitalismo. Tal bloqueia, como justamente assinala Žižek (2005: 173), “qualquer questionamento sério da forma como essa ordem democrático-liberal é cúmplice nos fenômenos que ela oficialmente condena e, é claro, qualquer tentativa séria de imaginar uma ordem sociopolítica *diferente*”.

Impotente para superar as suas contradições, a sustentação do capitalismo depende, em boa medida, de um vasto e profundo sistema de controlo, incluindo ideológico, cujas narrativas dominantes visam, por um lado, a defesa dos interesses do capital sobretudo financeiro e, por outro lado, a contenção dentro dos limites considerados admissíveis dos descontentamentos produzidos pelas desigualdades sociais e as crises socioambientais. Segundo Ramonet (2016), trata-se de uma articulação entre os governos, os seus aparelhos militares e de vigilância e as grandes multinacionais que operam na internet, produzindo um estado de permanente vigilância dos cidadãos, sendo as suas práticas, consumos, circulações e preferências permanentemente escrutinadas e condicionadas. Se Ramonet opta pela designação de “império da vigilância”, Zuboff (2019) considera que estamos perante um “capitalismo de vigilância”. Ainda que não existindo uma coincidência perfeita de argumentos, a mobilização por Zuboff do que designa por *surveillance exceptionalism* obriga-nos à partida a convocar Agamben (2003) e o seu conhecido conceito de *estado de exceção*, conceito aliás discutido por Walter Benjamin (1921 [1974]) no seu texto *Zur Kritik der Gewalt*. Já não se trata de procurar ver o estado de exceção no horizonte das nossas vidas, ele é já a forma do Estado capitalista, isto é, a configuração do que não cabe na lei e no sempre evocado estado de direito democrático. Temos assim as prisões ilegais em Guantánamo, a figura de combatente ilegal, as chamadas guerras preventivas à margem do direito internacional, os crimes de guerra e contra a humanidade como nos revelou Julian Assange, desde então objeto de uma ação de *lawfare*, organizada por Washington e envolvendo diversos governos e seus sistemas judiciais. Já no Brasil, o *hacker* Walter Delgatti Neto revelou os esquemas criminosos da Força Tarefa da Lavajato e do juiz Sérgio Moro, atuando em conivência com o FBI, tendo por objetivo a incriminação e prisão de Lula da Silva, como forma de impedir a sua elegibilidade nas eleições de 2018. Mais, os aparelhos de vigilância dos cidadãos, incluindo as nossas comunicações, como justamente nos confirmou Edward Snowden, aliás não dizendo nada de

novo, são parte fundamental do estado de exceção. Há muito que o governo norteamericano, com a colaboração dos seus aliados anglosaxónicos, coloca em ação guerras híbridas para destronar empresas concorrentes e/ou derrubar governos para o que tem em funcionamento uma rede de espionagem global designada por *Echelon* que mereceu em 1998, há mais de duas décadas, a atenção de deputados do Parlamento Europeu. Fundamental para exercer o controlo político, legal e social sobre as populações, o estado de exceção institui o princípio da suspeita sobre cada cidadão, tanto mais importante quando se vive em situação aguda de crise, a bem dizer, o verdadeiro estado próprio do capitalismo, sobretudo na sua versão neoliberal.

Coloquemos de novo a questão que dá o título à conclusão deste texto: existe saída de emergência? Não sabemos... mas entregue a si próprio, em roda livre, capitalismo só dá mais capitalismo, inclusive numa qualquer variante bárbara, seja ela de vigilância, de desastre (Klein 2008) ou qualquer outra mais ou menos distópica. De qualquer modo, se existir alguma porta de saída, ela terá de ser encontrada e franqueada com Marx e Engels, cujo legado, embora sem ser acabado, não se presta a leituras superficiais ou devaneios de modas académicas, potenciando obviamente avanços e desenvolvimentos, como tem sido demonstrado em vários campos por inúmeros cientistas sociais. Não só porque os seus textos mantêm uma frescura analítica sobre o capitalismo e seus modos de funcionamento como projetam bem fundo, no pensamento e no coração de todos os que não se rendem, a mensagem que deu sentido às suas vidas e justificou todos os sacrifícios, isto é, organizar a luta para libertar o mundo da dominação do capital, realizando a emancipação dos trabalhadores/as (Musto 2018: 125).

Se há razões não só para suprir défices e desenvolver a teoria crítica marxista em vários domínios como a análise sobre a questão colonial, a definição de campesinato, os temas da etnicidade e do racismo e, em parte, do género e do patriarcado, não há qualquer razão para desperdiçar o marxismo no seu potencial emancipatório de libertação só por provir dum país do Norte, como alguns fundamentalistas das chamadas epistemologias do Sul reivindicam, ou minar acomodaticamente o seu potencial heurístico-explicativo com base na própria tese marxista de que “tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado se profaniza” ou, reproduzindo ideias preconcebidas sobre Marx, atribuir-lhe de modo infundamentado o erro de “pensar que o capitalismo, por via do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, possibilitaria ou mesmo tornaria necessária a transição para socialismo” (Santos 1994: 210).¹⁷ Ao contrário desta tese alegadamente

17 Para evidenciar o enviesamento deste raciocínio sobre a alegada transição automática do capitalismo para o socialismo graças ao desenvolvimento das forças produtivas bastará ter presente, para além de outros escritos desde a *Sagrada Família* (Marx e Engels 2011 [1844]), o lema mais conhecido de Marx em torno da necessidade da organização dos trabalhadores – para a qual

pós-marxista e pós-moderna, que, tal como refere Gruner (2006: 140), “joga o bebê com a água suja do banho”, não há no conjunto dos escritos de Marx e Engels um sentido determinista e unívoco em que o capitalismo colapsaria automaticamente pelas suas próprias contradições internas sem a ação coletiva das suas vítimas e protagonistas explorados e oprimidos. Embora o capitalismo possa conduzir a catástrofes como a guerra nuclear ou o colapso ambiental, a sua destruição e superação como sistema só poderá ser obra dos homens e mulheres explorados, oprimidos e dominados, seja qual for o quadrante geopolítico em que se encontrem. Mesmo que os recorrentes fracassos da luta contra o capitalismo nos apontem que o caminho da sua superação é longo e impreciso nos seus contornos, não há outra alternativa que não seja a de prosseguir com a crítica e a luta radical contra o capitalismo, como sabiam e fizeram Marx e Engels ao longo da sua vida. Por isso, como já aludimos na esteira de Netto (2004), eles estiveram sempre ao lado dos trabalhadores, procurando organizá-los e com eles construir as estruturas políticas e sociais necessárias para travar a luta pelo socialismo. Tal implicou e ainda hoje implica contribuir para preencher um conjunto de precondições de modo a transformar os sujeitos históricos teórica e potencialmente revolucionários em atores coletivos concretos conscientes, organizados e impelidos pela utopia transformadora da realidade. Tendo hoje o marxismo novo fôlego teórico e histórico-empírico, por comparação com fossilizações estalinistas e os tempos áureos do neoliberalismo dos anos 1980 e 90 e sua falência real perante a crise socio-ambiental, a vitalidade e atualidade daquele tenderá a recuperar e desenvolver uma dimensão mais densa em termos coletivos. Neste sentido, o marxismo, para além de inspirador permanente de lutas e movimentos sociais, nomeadamente sindicais, continua sendo, como refere Amadeo (2006: 93), com base na obra de Sartre (2002 [1960]), “a filosofia insuperável de nosso tempo, porque as circunstâncias que o engendraram ainda não foram superadas”.

Marx e Engels contribuíram decisivamente por ocasião da criação da I Internacional – e do lema “Proletários de todos os países, uni-vos!”, o qual paradoxalmente teria servido certamente de inspiração a Santos (2019) para o seu sugestivo livro: “Esquerdas do mundo, uni-vos”. A este respeito confira-se a interpretação de Gorender (1996:14), fazendo sobressair a consciência de Marx sobre os obstáculos políticos para a transformação social, revelados aliás em dois dos seus escritos analíticos sobre a configuração social em França no *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (Marx 1975 [1869]) e na *Luta de Classes em França* (Marx 1975a [1895]) relativamente à discrição entre “classe em si” e a “classe para si” nomeadamente em relação ao campesinato como classe-apoio de Luís Bonaparte (cf. Silva 1998). Quando, na parte final da sua vida, Marx foi entrevistado pelo jornalista norte-americano John Swinton e interpelado por este sobre a filosófica pergunta sobre qual a “lei do ser”, ele retorquiu: “a luta” (*apud* Musto 2018). E sobre o não automatismo das condições de vida degradadas e a ação coletiva transformadora e a importância de fatores político-organizativos. cf. também Engels (2010 [1845]).

Ao contrário das teses anarquistas, para “a tomada do palácio de inverno” não basta o movimento, é necessária a organização, com a qual se constrói a estratégia para a conquista do poder, como, não obstante as suas limitações, o provaram as revoluções bolchevique e cubana. Ou, já em África, as longas lutas anticoloniais empreendidas pelos movimentos de libertação. Aplicada a lição ao tempo presente, se as classes trabalhadores e populares não forem capazes de se organizar e agir coletivamente, a saída da presente crise colocá-las-á numa situação ainda mais difícil. Žižek (2020: 13) já o apontou a respeito da atual crise:

o resultado mais provável da epidemia é que um novo capitalismo bárbaro prevalecerá: muitos idosos e fracos serão sacrificados e deixados morrer, os trabalhadores terão de aceitar um padrão de vida muito mais baixo, o controlo digital das nossas vidas continuará a ser uma característica permanente, as distinções de classe tornar-se-ão (muito mais do que agora) uma questão de vida ou de morte...

Tal leva-nos para o campo das mais inquietantes distopias que prometem converter-se em realidade, aceleradas pela atual revolução tecnocientífica e industrial em curso, cuja designação *indústria 4.0* a torna muito cosmopolita, “chique” e despolitizada. Num previsível cenário de alargamento do imenso exército de reserva de trabalhadores/as, num vaivém permanente entre o emprego precário, em regra mal pago, e o desemprego, as desigualdades acentuar-se-ão. Se Latour (2018) estiver certo, quando afirma que as elites desistiram de governar o mundo, pretendendo antes proteger-se do caos ambiental, social e demográfico, a luta contra o capitalismo é, a bem dizer, e como Marx e Engels o intuíram de modo pioneiro, a luta por um outro futuro para a humanidade que sabe que só para além do capitalismo e numa perspetiva ecossocialista é possível encontrar as soluções que nos afastem do colapso. Por isso, reiteramos, a situação concreta é eventualmente mais difícil do que era no tempo de Marx e Engels ou, pouco depois, no tempo de Lenine. Se no caso do líder revolucionário russo o desespero foi provocado pela traição social-democrata em 1914, hoje a esquerda confronta-se com o desespero da “experiência devastadora do fim de toda uma época de movimento progressista” (Žižek 2017: 20). Mas pensar agora o desespero implica também considerar a dimensão inquietante dos problemas socioambientais com que nos confrontamos, bem como a comprovada rendição da socialdemocracia, mostrando que desistiu até de pensar, e não apenas de lutar, qualquer alternativa ao capitalismo.¹⁸

18 Escrutinando o terramoto decorrente do apoio à guerra em 1914 por parte dos partidos socialistas na Europa, com a exceção do russo e do sérvio, Žižek (2005 e 2017) lembra que

O desafio passa certamente por converter situações de desespero em oportunidades de luta. Face a um tempo em que uma parte significativa das classes trabalhadoras nos países capitalistas centrais é empurrada para formas acentuadas de desqualificação e empobrecimento, precariedade e insegurança, juntando-se à imensa massa de excluídos das periferias do mundo, temos, perante o desespero dos grupos mais precários e desprovidos, construir alavancas de segurança mínima para ouvir e debater, mobilizar e lutar. Nesta luta nuclear a burguesia pode empreender, convocando Engels, a sua *proslavery rebellion*, quer dizer, suspender as suas lutas entre Estados, como fizeram em 1871 os seus governos reacionários em França e na Alemanha, para esmagar a Comuna de Paris, ou, situando-nos no nosso passado mais recente, repetir o golpe à Pinochet. Não sendo o capitalismo o fim da história, é preciso tudo fazer para que, em vez da catástrofe que ele traz dentro de si como possibilidade bem real, os movimentos de classe, étnico-raciais e de género se organizem e empoderem, tendo no horizonte a sua emancipação no ecossocialismo.

Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor e Max Horkheimer (1987 [1944]), *Dialéctica del iluminismo*. Madrid, Trotta.
- Agamben, Giorgio (2003), *Stato di eccezione*. Torino, Bollati Boringhieri.
- Aguiar, Jórissa Danilla N. (2018), “Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea”, *Revista Observatório Latinoamericano y Caribeño*, n.º 2, 59-78.
- Althusser, Louis (1972 [1965]), *Pour Marx*. Paris, Maspéro.
- Althusser, Louis (1980), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença.
- Altwater, Elmar (2006), “Existe um marxismo ecológico?”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 327-349.
- Amadeo, Javier (2006), “Mapeando o marxismo”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 51-97.
- Amin, Samir (1976), *Imperialisme et developpement inégal*. Paris, Minuit.
- Anderson, Perry (1987 [1976]), *Consideraciones sobre el marxismo occidental*. México, Siglo XXI.

esse momento de desespero abriu a Lenine a possibilidade da revolução. Nos dois textos acima referidos, o teórico eslovaco discorre sobre esse evento maior para a história do movimento socialista. Citando-o, “quando o jornal dos sociais-democratas alemães, o *Vorwärts*, noticiou que os socialdemocratas no *Reichstag* tinham votado a favor dos créditos militares, Lenine chegou a pensar que se tratava de uma falsificação pela polícia secreta russa para enganar os trabalhadores russos” (Žižek 2017: 21).

- Anderson, Kevin (2010), *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity and nonWestern Societies*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Ariño, António e Juan Romero (2016), *La secesión de los ricos*. Barcelona, Galaxia Gutenberg.
- Arrighi, Giovanni (1971), “The relationship between the colonial and the class structures: a critique of André Gunder Frank’s theory of the development of underdevelopment”, in *International Symposium on Imperialism: Its Place in Social Science Today*. Dacar, United Nations African Institut for Economic Development and Planning, 1-14.
- Bader, Veit-Michael (1991), *Collectief handelen*. Groningen, WoltersNoordhoff.
- Bader, Veit-Michael e Albert Benschop (1988), *Ongelijkheden*. Groningen, Wolters Noordoff.
- Balibar, Etienne (1993), *La philosophie de Marx*. Paris, La Découverte.
- Ballestrin, Luciana (2013), “A América Latina e o giro decolonial”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º 11, 89-117.
- Becker, Howard (1963), *Outsiders: studies of deviance*. Nova Iorque, The Free Press.
- Bensaïd, Daniel (1999), *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Bensaïd, Daniel (2006), “Um olhar sobre a História e sobre a luta de classes”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 237-251.
- Benschop, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*. Amesterdão, Het Spinhuis.
- Benjamin, Walter (1974 [1921]), “Zur kritik der gewalt”, in Rolf Tiedemann e Hermann Schweppe-nhäuser (orgs.), *Gesammelte schriften*. Francoforte, Suhrkamp, vol. 2, 179203.
- Bernstein, Eduard (1964 [1899]), *Socialismo revolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bloch, Ernst (1968), *Atheismus im christentum. Zur religion des exodus und des reichs*. Francoforte, Suhrkamp Verlag.
- Bobbio, Norberto (1975), “Esiste una dottrina marxista dello Stato?”, *Mondo Operairo*, ano 28, n.º 8-9, 24-39.
- Boff, Leonardo e Clodovis Boff (2011), *Como fazer teoria da libertação*. Petrópolis, Vozes.
- Boron, Atilio A. (2006), “Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 33-50.
- Boron, Atilio A. (2006), “Teoria política marxista ou teoria marxista da política”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 167-181.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.

- Brenner, Robert (1977), “The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism”, *New Left Review*, n.º 104, 25-92.
- Burawoy, Michel (1979), *Manufacturing consent*. Chicago e Londres, University of Chicago Press.
- Callinicos, Alex (2006), “Igualdade e capitalismo”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 253-269.
- Cerroni, Umberto (1976 [1973]), *Teoría política y socialismo*. México, ERA.
- Césaire, Aimé (1978 [1955]), *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Cohen, Gerald Allan (1978), *Karl Marx's theory of history. A defence*. Oxford, Clarendon.
- Crompton, Rosemary (1995), “The development of the classical inheritance”, in Patrick Joyce (org), *Class*. Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press, 43-55.
- Crompton, Rosemary (1998 [1993]), *Class and stratification. An introduction to current debates*. Cambridge, Polity Press.
- Davis, Mike (2006), *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo.
- Davis, Mike (2020), “O coronavírus e a luta de classes: o monstro bateu à nossa porta”, [acedido a 19 de dezembro de 2020], disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/16/mike-da-vis-o-coronavirus-e-a-luta-de-classes-o-monstro-bate-a-nossa-porta/>.
- Davis, Kingley e Wilbert E. Moore (1976 [1945]), “Alguns princípios de estratificação social”, in Octávio Guilherme Velho (org), *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 115-132.
- Diamond, Jared (2005), *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro, Record.
- Dowbor, Ladislau (2014), “Entender a desigualdade: reflexões sobre o capital no século XXI”, in Silvio Cassa Bava (org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo, Veneta, 818.
- Durkheim, Émile (1977 [1893]), *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Presença, vols. 1 e 2.
- Dussel, Enrique (2009), “Meditações anti-cartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade”, in Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Menezes (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, 283-335.
- Emmanuel, Arghiri (1973), *A troca desigual*. Lisboa, Estampa.
- Engels, Friedrich (1942), *Selected correspondence (1846-1894)*. Nova Iorque, International Publishers.
- Engels, Friedrich (1971 [1849]), “Prefácio” à obra de Karl Marx, *Trabalho assalariado e capital*. Porto, Escorpião.
- Engels, Friedrich (1979 [1873-1886]), *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Engels, Friedrich (1980 [1884]), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Lisboa, Presença.
- Engels, Friedrich (1996 [1886]), *Prefácio da edição inglesa*, in Karl Marx, *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. São Paulo, Nova Cultural, 150-154.

- Engels, Friedrich (2010 [1845]), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo.
- Foster, John Bellamy (2006), “O redescobrimento do imperialismo”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 431-457.
- Francisco (Papa) (2015), *Carta encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano, Libreria Editrice Vaticana.
- Frank, André Gunder (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Fukuyama, Francis (1997), *El fin de la historia y el último hombre*. Buenos Aires, Editorial Paidó.
- Galissot, René (1976), *Marx, marxisme et Algérie. Textes de Marx-Engels*. Paris, UGE.
- Giddens, Anthony (2000), “Viver numa sociedade pós-tradicional”, in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta, 53-104.
- Godelier, Maurice (1970), “Préface”, *Sur les sociétés pré-capitalistes: textes choisis de Marx, Engels et Lenin*. Paris, Maspero, 13-142.
- Goffman, Erving (1988 [1963]), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- Goldman, Lucien (1955), *Le Dieu caché*. Paris, Gallimard.
- González-Casanova, Pablo (2006), “Colonialismo interno (uma redefinição)”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 395-419.
- Gorender, Jacob (1996), “Apresentação”, in Karl Marx (1996 [1867]), *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. São Paulo, Nova Cultural.
- Gramsci, Antonio (1974), *Obras escolhidas*. Lisboa, Estampa, vol I.
- Grossfoguel, Ramón (2018), “Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada”, in Joaze Bernadino Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grossfoguel (orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, Autêntica, 55-83.
- Grüner, Eduardo (2006), “Leituras culpadas: marx(ismos) e a práxis do conhecimento”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 101-142.
- Haldane, John Burdon Sanderson (1979), “Prólogo”, in Friedrich Engels (1979 [1925]), *A dialética da natureza*. São Paulo, Paz e Terra, 7-13.
- Hall, Stuart (1977), “The ‘political’ and the ‘economic’ in Marx’s theory of classes”, in Alan Hunt (org), *Class and class structure*. Londres, Lawrence and Wishart, 15-60.
- Hardt, Michael e Antonio Negri (2000), *Empire*. Cambridge e Londres, Harvard University Press.
- Harris, Olivia e Kate Young (1981), “Engendered structures: some problems in the analysis of reproduction”, in Joel S. Khan e Josep T. Llobera (orgs.), *The anthropology of precapitalist societies*. Londres, MacMillan, 109-147.

- Harvey, David (2011), *O enigma do capital – E as crises do capitalismo*. Lisboa, Bizâncio.
- Haug, Frigga (2006), “Para uma teoria das relações de género”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 313-325.
- Hobsbawm, Eric (1994), *A era dos extremos: história breve do século XX (1914-1991)*. Lisboa, Presença.
- Kautsky, Karl (1921), *Der kommunismus in der deutschen reformation*. Estugarda, Dietz Verlag.
- Kautsky, Karl (1974 [1897]), *A questão agrária*. Porto, Afrontamento.
- Klein, Naomi (2008), *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Krätke, Michael (2020), *Friedrich Engels: el burgués que invento el marxismo*. Barcelona, Bellaterra.
- Labriola, Antonio (1949 [1894]), *Lettere a Engels*. Roma, Rinascita.
- Laclau, Ernesto e Chantal Mouffe (1987), *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid, Siglo XXI.
- Lander, Edgardo (2006), “Marxismo, eurocentrismo e colonialismo”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 201-234.
- Latour, Bruno (2018), *Down to earth: politics in the new climatic regime*. Londres, Polity Press.
- Lefévre, Henri (1968), *Le droit à la ville*. Paris, PUF.
- Lefévre, Henri (1972), *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa, Ulisseia.
- Leff, Enrique (1992), “A second contradiction of capitalism? Notes for the environmental transformation of historical materialism”, *Capitalism, Nature, Socialism – A Journal of Socialist Ecology*, vol. 3, n.º 4 (dezembro).
- Lenine, Vladimir (1970 [1899]), *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo*. Lisboa, Caminho.
- Losurdo, Domenico (1998), *Hegel, Marx e a tradição liberal. Liberdade, igualdade, Estado*. São Paulo, UNESP.
- Löwy, Michael (org.) (1999), *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- Löwy, Michael (2006), “Marxismo e religião: ópio do povo?”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Susana González (orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 271-286.
- Löwy, Michael (2013), “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista”, *Cadernos CRH*, vol. 26, n.º 67, 79-86.
- Löwy, Michael (2014), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo, Boitempo.
- Luhmann, Niklas (1982 [1970]), *The differentiation of society*. Nova Iorque, Columbia University Press.
- Lukács, Georg (2003 [1923]), *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Editora.
- Luxemburgo, Rosa (1971 [1905]), “Kirche und sozialismus”, in *Internationalismus und Klassenkampf*. Neuwied, Luchterhand.

- Luxemburgo, Rosa (1967 [1912]), *L'accumulation du capital*. Paris, Editions Sociales.
- Liotard, Jean-François (2009 [1979]), *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Maddison, Angus (1995), *Monitoring of the world economy: 1920-1992*. Paris, OECD – Development Centre.
- Maffesoli, Michel (1985), *La connaissance ordinaire*. Paris, Librairie des Méridiens.
- Mannheim, Karl (1976 [1929]), *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Marcuse, Herbert (1970), *One-dimensional an: studies in the ideology of advanced industrial societies*. Boston, Beacon Press.
- Marini, Ruy Mauro (1973), *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México, Era.
- Marx, Karl (1975 [1849]), *Trabalho assalariado e capital*. Porto, Escorpião.
- Marx, Karl [1975 (1869)], *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. Coimbra, Centelha.
- Marx, Karl (1975a (1895)), *A luta de classes em França, 1848-1850*. Coimbra, Centelha.
- Marx, Karl (1976a [1857-1859]), *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Cidade do México, Siglo XXI.
- Marx, Karl (1996 [1867]), *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital - tomo 1)*. São Paulo, Nova Cultural.
- Marx, Karl (2004 [1844]), *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo, Boitempo.
- Marx, Karl (2017 [1847]), *Miséria de filosofia*. São Paulo, Boitempo.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1968 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Escriba.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1976 [1846]), *A ideologia alemã*. Lisboa, Presença.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1978 [1853]), *Sobre o colonialismo*. Lisboa, Estampa, vol. 2.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (2011 [1844]), *A sagrada família*. São Paulo, Boitempo.
- Meillassoux, Claude (1997), *L'Économie de la vie*. Lausana, Page2.
- More, Thomas (s.d. [1516]), *A utopia*. Mem Martins, Europa-América.
- Musto, Marcello (2018), *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo, Boitempo.
- Netto, José Paulo (2004), *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo, Cortez.
- O'Connor, James (1988), “Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction”, *Capitalism, Nature, Socialism – A Journal of Socialist Ecology*, n.º 1.
- Parsons, Talcott (1988 [1951]), *El sistema social*. Madrid, Alianza Editorial.
- Pikkety, Thomas (2013), *Le capital au XXe siècle*. Paris, Seuil.
- Poulantzas, Nicos (1975), *Classes in contemporary capitalism*. Londres, New Left Books.
- Poulantzas, Nicos (1978), *L'état, le pouvoir, le socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Quijano, Aníbal (2000), “Colonialidad del poder: eurocentrismo y América Latina”, in Edgar-do Lander (org), *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 246-276.
- Ramonet, Ignacio (2016), *El imperio de la vigilancia*. Madrid, Clave Intelectual.

- Rey, Pierre Phillipe (1979 [1973]), *As alianças de classe*. Coimbra, Centelha.
- Ribeiro, Fernando Bessa, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (2010), “Apresentação”, in Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (orgs.), *Trabalho, técnicas e mundo: perspectivas e debates*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 13-24.
- Ribeiro, Fernando Bessa (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Ribeiro, Fernando Bessa (2018), “Afinal a riqueza não flui de cima para baixo: capitalismo, desigualdades sociais e a ação do Estado”, in Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Brandão e Ana Jorge, *Desigualdades sociais e políticas públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 107-127.
- Ribeiro, Fernando Bessa, Ivonaldo Leite e Joel Felizes (2020), “Um objeto complexo e fugidio? Uma introdução crítica ao desenvolvimento”, *Configurações*, n.º 25, 9-24.
- Rushkoff, Douglas (2018), “La supervivencia de los más ricos y cómo traman abandonar el barco”, *Ctxt - Revista Contexto*, n.º 180, [accedido a 20 de abril de 2020], disponível em <http://ctxt.es/es/20180801/Politica/21062/tecnologia-futuro-ricos-pobres-economia-Douglas-Rushkoff.htm>.
- Sanchez-Vasquez, Adolfo (1980 [1967]), *Filosofia de la praxis. México*, Fondo de Cultura Económica.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos de globalização”, in Boaventura de Sousa Santos (org), *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto, Afrontamento, 31-106.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 78, 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2017), “Mas allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocêntrica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 114, 75-116.
- Santos, Boaventura de Sousa (2019), *Esquerdas do mundo, uni-vos!* Coimbra, Almedina.
- Santos, Milton (1996), *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- Santos, Theotônio dos (2011 [1978]), *Imperialismo y dependencia*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho.
- Sartre, Jean Paul (2002 [1960]), *Crítica da razão dialética: precedido por questões de método*. Rio de Janeiro, DP & A.
- Schumpeter, Joseph A. (2018 [1942]), *Capitalismo, socialismo e democracia*. Coimbra, Actual Editora.
- Scott, James (1990), *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- Shah, Sonia (2020), “De onde vêm os coronavírus? Contra as pandemias, a ecologia”, *Le Monde Diplomatique (edição portuguesa)*, vol. 2, n.º 161, 13-14.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.

- Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Silva, Manuel Carlos (2009a), “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese pro-teórica”, *Configurações*, n.º 5/6, 11-40.
- Silva, Manuel Carlos (2009b), “Marx-Engels and the (pseudo)dichotomous phraseologies”, in Harry van den Berg, Ewald Engelen e Yolande Jansen (orgs.), *Het gelaadgde denken. Essays voor Veit Bader*. Amesterdão, F&N Eigen Beheer, 82-97.
- Silva, Manuel Carlos (2012), “Trabalho, profissões e género”, in Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva e Ana Paula Marques (orgs.), *Trabalho, técnicas e mundo: perspectivas e debates*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 135-156.
- Silva, Manuel Carlos (2013a), “Pobreza, exclusão e desigualdade”, in Raquel Varela (org), *A Segurança Social é sustentável*. Lisboa, Bertrand, 130.
- Silva, Manuel Carlos (2016), *Desigualdades de género. Família, educação e trabalho*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Silva, Manuel Carlos (2018), “Pobreza, exclusão social e desigualdades: breve revisitação de conceitos e alguns dados a nível global e nacional”, in Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Maria Brandão e Ana Jorge (orgs.), *Desigualdades sociais e políticas públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 691-733.
- Silva, Manuel Carlos (2022), “O marxismo como corte epistemológico e o seu lugar na sociologia em Portugal”, in Fernando Bessa Ribeiro *et al* (orgs.), *Karl Marx: legado, críticas e atualidade*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Simmel, Georg [1987 (1903)], “A metrópole e a vida mental”, in Otávio Guilherme Velho (org), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 11-25.
- Siracusa, Gabriel (2019), “Será Marx orientalista?”, *Brazilian Journal of International Relations* (BJIR), vol. 8, n.º 2, 330-352.
- Sousa Filho, Alípio (2020), “O vírus SARS-Cov2 não é um mensageiro”, *Blogue Convergência*, [acedido a 20 de abril de 2020], disponível em <https://convergencia-bloco.org/2020/04/08/o-virus-sars-cov-2-nao-e-um-mensageiro-por-alipio-de-sousa-filho/>.
- Sung, Jung Mo (1989), *A idolatria do capital e a morte dos pobres: uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo, Paulinas.
- Suret-Canale, Jean (1998), “As origens do capitalismo (séculos XV a XIX)”, in *O livro negro do capitalismo*. Porto, Campo das Letras, 25-47.
- Taibo, Carlos (2017), *Colapso: capitalismo terminal, transición ecosocial, ecofascismo*. Buenos Aires, Anarres.
- Teixeira, Joana e Fernando Bessa Ribeiro (2020), “Trabalho de campo num bairro social de Braga: questões metodológicas e o envolvimento participante como estratégia”, in Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, João Teixeira Lopes, António Jorge Fontes

- e Teresa Mora (orgs.), *Por uma habitação básica: cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto, Afrontamento, 203222.
- Thompson, Edward Palmer (1978), *The poverty of the theory and ther essays*. Londres, Merlin Press.
- Thompson, Edward Palmer (1982 [1963]), *The making of the english working class*. Harmondsworth, Middlesex, Penguin.
- Trotsky, Leon (1985 [1929]), *A revolução permanente*. São Paulo, Livraria Editora.
- Wallerstein, Immanuel (1990 [1974]), *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto, Afrontamento.
- Wallerstein, Immanuel (2002 [1995]), *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- Weber, Max (1978 [1920]), *Economy and society I* (editado por Guenther Roth e Claus Wittich). São Francisco, University of California Press.
- Weber, Max (1990 [1905]), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa, Presença.
- Wolf, Eric (1974 [1969]), *Les guerres paysannes du vintgtième siècle*. Paris, Maspero.
- Wood, Ellen Meiksins (1999), *The origin of capitalism*. Nova Iorque, Montthly Review Press.
- Wright, Eric Olin (1985), *Classes*. Londres e Nova Iorque, Verso.
- Wright, Eric Olin (1998), "Reflections on Classes", in Eric Olin Wright (org), *The debate on classes*. Londres, Verso, 49-77.
- Žižek, Slavoj (organização, introdução e posfácio) (2005), *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. São Paulo, Boitempo.
- Žižek, Slavoj (2017), *Lenine 1917*. Amadora, Elsinore.
- Žižek, Slavoj (2020) *Pandemic! Covid-19 shakes the world*. Nova Iorque e Londres, OR Books.
- Zoberman, Yves (2011), *Uma história do desemprego: da antiguidade aos nossos dias*. Porto, Afrontamento.
- Zuboff, Shoshana (2019), *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova Iorque, Hachette.